

DEPOIS DO INCÊNDIO: classe, nação, racismo e antirracismo na reconstrução da Faculdade de Medicina da Bahia (1905-1908)

After the fire: class, nation, racism, and antiracism in the
reconstruction of the Faculty of Medicine of Bahia (1905-1908)

Aldrin Armstrong Silva
CASTELLUCCI

 acastellucci@uneb.br

Universidade do Estado
da Bahia, Programa de
Pós-Graduação em História
Alagoinhas, BA, Brasil

RESUMO

O artigo analisa a ação do Sindicato dos Trabalhadores em Madeira em aliança com o Centro Operário da Bahia e a Federação Socialista Bahiana em uma disputa por postos de trabalho marcada por racismo e antirracismo relacionados aos saberes de ofício, interesses de classe e embates no interior das elites políticas. O foco do estudo foi um conflito ocorrido em outubro de 1908, quando o engenheiro-chefe das obras de reconstrução da Faculdade de Medicina da Bahia resolveu contratar artesãos italianos residentes em São Paulo para trabalhar nas obras de marcenaria daquela instituição, em prejuízo dos artífices de Salvador, majoritariamente negros. A pesquisa demonstra que, apesar de defenderem com determinação e de forma bem-sucedida os interesses dos trabalhadores nacionais, inclusive fazendo uso de linguagem patriótica, as organizações operárias combinaram antirracismo com internacionalismo socialista.

Palavras-chave: sindicatos; socialismo; racismo; antirracismo; direitos.

ABSTRACT

This article analyses the dispute for work led by the Woodworkers Union in alliance with the Labour Centre of Bahia and the Bahian Socialist Federation, marked by racism and antiracism related to the skilled knowledge of their crafts, class interests, and conflicts within the political elites. The focus of the study is a conflict that happened during the reconstruction of the Faculty of Medicine of Bahia in October 1908, when the chief engineer contracted Italian artisans from São Paulo to do the woodwork instead of artisans from Salvador, who were mainly black people. The research demonstrates that despite successfully defending with determination the interests of national workers, and making use of patriotic language, the labour organizations combined antiracism with internationalist socialism.

Keywords: trade-unions; socialism; racism; antiracism; rights.

Na noite do dia 2 de março de 1905, em meio às festividades do carnaval, um grande incêndio destruiu quase completamente a Faculdade de Medicina da Bahia (Fameb). Os danos foram extensos e a sensação de perda calou fundo no espírito das elites locais e nacionais, repercutindo na imprensa da capital da República. O *Correio da Manhã* reproduziu telegrama do professor Alfredo Britto, diretor da Fameb, no qual ele reportava ao ministro da Justiça e Negócios Interiores os prejuízos causados pelo sinistro. Escrito no dia seguinte ao “pavoroso incêndio”, Britto informou ao baiano José Joaquim Seabra que o fogo havia destruído vários laboratórios, a antiga capela dos jesuítas e a grande biblioteca da instituição, além de ter provocado danos consideráveis no salão nobre, sala das congregações, arquivo, corredores e escadas. A luta contra as chamas também causou avarias em outros laboratórios, na secretaria e na sala da diretoria. Apenas os pavilhões de anatomia descritiva, médico-cirúrgica, operações e higiene e os anfiteatros foram poupados (*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 mar. 1905, p. 1).

O *Correio da Manhã*, fundado pelo advogado gaúcho Edmundo Bittencourt em 1901, também dedicou ao tema um longo artigo assinado por seu redator-chefe, Gil Vidal (pseudônimo de Pedro Leão Velloso Filho), ele mesmo baiano de Inhambupe, formado pela Faculdade de Direito do Recife, tendo exercido vários cargos públicos em diversas cidades do Brasil durante o Império. Gil Vidal cobrou a imediata reconstrução da Fameb, argumentando que a “catástrofe” havia penalizado “não somente os baianos e numerosos filhos daquela Faculdade”, que exerciam “seu nobre sacerdócio em todas as cidades, vilas e recantos do país”, mas também a “todos aqueles a quem a apurada sensibilidade” permitia “aquilatar devidamente o dano sofrido pela ciência no Brasil”. Gil Vidal comemorou a notícia de que nem tudo havia se perdido no fogo que atingira o “belo edifício” da Fameb, mas registrou que os prejuízos materiais montavam a mais de dois mil contos de réis, ao passo que os seguros contratados nas companhias Aliança e Interesse Público somavam apenas 750 contos. Portanto, seria necessário que o Governo Federal perdesse o “amor ao dinheiro”, que lhe era “caríssimo”, quando se tratava de “benefícios aos Estados, mormente aos Estados do norte, sempre privados dos seus carinhos” (*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 5 mar. 1905, p. 1).

Apontando para as injunções da grande política, que influenciariam os rumos da reconstrução da Fameb desde o início, o colunista destacou que o ministro Seabra era “baiano e lente do ensino superior”. Por isso, deveria realizar a reconstrução da Fameb sem demora, de modo que não ocorressem os atrasos verificados em outras obras no Estado, que não eram executadas “por dependerem de presidentes e ministros estranhos à Bahia”, que naquele momento encontrava-se “abatida, decaída da culminância” para a qual “outrora” todos os políticos do país tinham os “olhos voltados” (*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 5 mar. 1905, p. 1).¹

No plano local, estudantes e professores fizeram uma grande reunião, ainda no dia 9 de março de 1905, com o objetivo de reivindicar a rápida intervenção de Seabra na resolução do problema. Ao mesmo tempo, o *Correio do Brasil*, ligado ao grupo político de Seabra, publicou um longo editorial sustentando que o incêndio da Fameb (Figura 1) decorrera de ação criminosa, uma convicção que também seria compartilhada pelo diretor Alfredo Britto. Por fim, o *Correio do Brasil* estranhou o fato de o chefe de polícia não ter conduzido pessoalmente o inquérito sobre as causas do sinistro, pesando sobre o governador José Marcellino de Souza a “negra suspeita” de estar movido por disputas políticas e ter a intenção de estender o “manto da misericórdia” sobre os responsáveis pelo crime (*Correio do Brasil*, Salvador, 9 mar. 1905, p. 2; 13 mar. 1905, p. 1).



Figura 1 – Faculdade de Medicina da Bahia (depois do incêndio de 1905).

Fonte: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB),
Arquivo Histórico Theodoro Sampaio, FOT.1752.

As mobilizações docentes e estudantis em articulação com Seabra fizeram com que em menos de duas semanas após o incêndio o Ministério da Justiça conseguisse autorização do Tribunal de Contas para liberar um crédito de 600 contos de réis para dar início aos trabalhos de reconstrução da Fameb (*Correio do Brasil*, Salvador, 15 mar. 1905, p. 1; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 mar. 1905, p. 1). No clima aquecido das disputas políticas envolvendo a situação e a oposição na Bahia, o diretor propôs à congregação da Fameb a colocação de bustos em bronze do presidente Rodrigues Alves e do ministro Seabra no edifício daquela instituição ao final das obras como forma de expressar àquelas autoridades os “agradecimentos aos inestimáveis serviços prestados ao tradicional templo de Hipócrates”, ação efusivamente apoiada pelo *Correio do Brasil* (*Correio do Brasil*, Salvador, 28 mar. 1905, p. 1).

Em relatório de março de 1909, Augusto Tavares de Lyra, sucessor de Seabra no Ministério da Justiça, informou ao presidente Affonso Penna que os trabalhos de reconstrução da Fameb tinham sido concluídos e entregues ao diretor da instituição em fevereiro daquele ano. Ainda faltavam a construção de um muro e a montagem das mesas de estudo, que tinham sido importadas da Europa. O custo total da obra somou quase dois mil contos de réis, sendo que o Governo Federal tinha feito aportes de 600 contos em 1905, 528 em 1906 e 552 em 1908. O relatório acusava o recebimento de menos de 290 contos de réis das companhias de seguro, valor bem inferior aos 750 anunciados em 1905. Concluídas as obras em fevereiro, as aulas teriam início em março de 1909, com um total de 648 alunos matriculados: 445 em medicina, 88 em farmácia, 114 em odontologia e um em obstetrícia (LYRA, 1909, p. 21, 35 e 62).

Contudo, antes que o ano acadêmico de 1909 tivesse início, um conflito inusitado foi deflagrado nas obras da Fameb em 1 de outubro de 1908, dois dias antes das suntuosas celebrações do centenário do ensino médico no Brasil. A contenda envolveu, de um lado,

trabalhadores brasileiros, em sua maioria negros e mestiços, representados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Madeira, disputando as obras de marcenaria daquela instituição; de outro, o engenheiro João Pereira Navarro de Andrade, encarregado dos trabalhos de reconstrução daquele estabelecimento, desejoso de recrutar trabalhadores italianos residentes em São Paulo para a execução da empreitada. No cerne do protesto, ideias racistas mal disfarçadas no andar de cima e luta antirracista e socialista no andar de baixo da sociedade.

O ministro Augusto Tavares de Lyra não fez qualquer referência a esse conflito em seu relatório de março de 1909 (LYRA, 1909). O médico José Eduardo Freire de Carvalho Filho também silenciou sobre o assunto nas 114 páginas de sua *Notícia histórica sobre a Faculdade de Medicina da Bahia*, publicada em 1909 (CARVALHO FILHO, 1909). Por fim, Antonio Carlos Nogueira Britto escreveu uma extensa obra laudatória intitulada *A medicina baiana nas brumas do passado*, mas as 375 páginas do livro nada dizem sobre a agitação operária nas obras de reconstrução da Fameb (BRITTO, 2002). Para estudar o protesto dos marceneiros e carpinteiros de 1908, vali-me das fontes produzidas pelas lideranças e associações dos trabalhadores, da imprensa operária e periódica, dos almanaques e relatórios oficiais, além dos inventários e testamentos dos personagens envolvidos no conflito.

O protesto operário

Na noite de sexta-feira, 1 de outubro de 1908, o Sindicato dos Trabalhadores em Madeira, cujo primeiro conselho administrativo havia sido empossado no Dia do Trabalho daquele ano, promoveu uma grande assembleia geral para a qual foram convocados todos os “artistas” da cidade, fossem ou não filiados àquela organização. Realizada no Solar Ferrão, a imponente sede própria do poderoso Centro Operário da Bahia, na rua do Maciel de Baixo, Pelourinho, a reunião contou com a presença de 150 trabalhadores e teve como ponto de pauta a luta contra a introdução de “artistas italianos” contratados em São Paulo para a fabricação do mobiliário da Faculdade de Medicina, localizada na Praça 15 de Novembro (Largo do Terreiro de Jesus), a poucos metros daquela associação de trabalhadores.

A coordenação da assembleia foi confiada ao carpinteiro Tiburcio Luiz Souto, secretariado pelos marceneiros Octavio Jeronymo Santos e Arthur João Baptista de Sant’Anna, todos membros da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Madeira. Na sequência, falou o artista armador Felipe Tranquillino de Castro, vice-presidente do Centro Operário, que se dirigiu à “numerosa assistência” e “analisou o menosprezo do operariado baiano em face da vinda de operários estrangeiros por iniciativa particular e dos governos”, tornando “patente a necessidade de protesto”.

O segundo operário a falar foi Octavio Santos, que criticou o engenheiro Navarro de Andrade, acusado de ter depreciado os “artistas de sua terra” ao intentar contratar trabalhadores italianos para as obras de marcenaria da Fameb. Octavio Santos “pediu o concurso dos outros sindicatos” na reação à iniciativa do engenheiro Navarro de Andrade. Partilhando da mesma indignação, Dionysio Antonio da Silva propôs que se enviasse uma mensagem a Miguel Calmon, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, expondo os acontecimentos e pedindo sua intervenção na resolução do problema, “como titular competente no caso e como baiano”, um argumento que só fazia sentido em termos políticos, considerando os jogos de poder no plano estadual e nacional, já que a Fameb era subordinada ao Ministério da Justiça e não ao da Indústria.

De todo modo, a proposta foi aprovada por unanimidade, e o marceneiro Marcellino de Souza Aguiar, figura-chave no movimento operário e socialista do período, propôs que fosse constituída uma comissão para redigir o documento a ser enviado a Miguel Calmon. Essa proposição também foi aprovada e uma comissão de redação foi formada pelo próprio Marcellino Aguiar, o pedreiro Anastácio Machado de Menezes e o carpinteiro Tiburcio Luiz Souto.

Aproveitando a oportunidade, o pedreiro Anastacio Menezes fez um longo discurso sobre as muitas queixas feitas pelos operários das obras do porto de Salvador acerca do descumprimento dos contratos de trabalho no que tange aos salários dos trabalhadores, pagos em valores bem inferiores aos fixados. Em alguns casos, as apropriações patronais representavam metade dos ordenados dos operários e os pagamentos eram feitos sob a proteção da força pública, que a companhia requisitava para ameaçar e subjugar os insatisfeitos.

Retomando a palavra, Felipe de Castro conseguiu a aprovação de uma segunda comissão, composta pelos marceneiros Euclides Correia de Moraes, Octavio Jeronymo Santos, Victor Sodré Pereira, Athanazio Rosendo do Espírito Santo e Arthur João Baptista de Sant'Anna, com o objetivo de “sindicar do engenheiro Navarro de Andrade o motivo porque preferiu artistas estrangeiros”. Depois, a comissão deveria “comunicar a resolução da classe operária” ao governador João Ferreira de Araújo Pinho.

Os últimos a falarem sobre a questão foram Arthur Raposo e João Angelo Ferreira. Felipe de Castro convocou os operários para uma nova reunião no dia 6 de outubro de 1908 na sede do Centro Operário, ocasião em que seria lida e submetida à apreciação a proposta de mensagem do Sindicato dos Trabalhadores em Madeira ao ministro Miguel Calmon. O Centro distribuiria boletins “convidando o público” para a próxima sessão, “sendo o intuito da sua diretoria resolver a questão pacatamente”. Questionado pelo *Diário de Notícias*, o engenheiro Navarro de Andrade declarou que contratou operários italianos em São Paulo “como medida de economia orçamentária, por encontrar diferença avultada no salário dos estrangeiros contratados” (*Diário de Notícias*, Salvador, 2 out. 1908, p. 1; *Jornal de Notícias*, Salvador, 3 out. 1908, p. 1).

A alegação de Navarro de Andrade causou ainda mais indignação entre os filiados ao Sindicato dos Trabalhadores em Madeira. Ainda no dia 3 de outubro, foi publicada no *Diário de Notícias* uma nota intitulada “Inimigo do operário”, assinada por um certo “Operário Brasileiro”. Insinuando a ocorrência de fraude no processo licitatório, o texto dizia que ainda naquele dia deveria “aparecer um novo orçamento modificado às pressas sobre o mobiliário da Faculdade de Medicina para depois os felizes italianos receberem por outro meio o contrato real”. Usando o artifício das perguntas retóricas, o “Operário Brasileiro” interrogou quais “propostas de nacionais” o engenheiro-chefe das obras da Fameb teria tido “para justificar a economia orçamentária”. Segundo o denunciante, os trabalhadores italianos teriam recebido no mínimo 10 mil-réis de diárias, ao passo que “nossos patrícios” receberam entre 4 e 5 mil-réis por dia de trabalho. Ademais, o “feliz italiano” teria ganhado 90 mil-réis pelo fabrico de uma porta, enquanto “nossos patrícios” apuraram a metade desse valor (*Diário de Notícias*, Salvador, 3 out. 1908, p. 3).

Ao mesmo tempo, o Sindicato dos Trabalhadores em Madeira reforçava a convocação para a segunda “grande reunião das classes trabalhadoras”, que seria realizada na noite do dia 6 de outubro, novamente na sede do Centro Operário (*Jornal de Notícias*, Salvador, 5 out. 1908, p. 1). O *Diário de Notícias* e o *Jornal de Notícias* daquele dia publicaram matérias e entrevistas com Navarro de Andrade sobre a contratação dos artífices italianos de São Paulo. Nessas fontes, surgiram mais evidências das injunções da grande política no conflito.

Uma das notas publicadas no *Diário de Notícias* informava que os cinco marceneiros comissionados para entabular entendimentos com o engenheiro Navarro de Andrade teriam ouvido dele que não tinha nada a informar aos operários, já que “só reconhecia como seu superior” o ministro da Justiça, uma clara delimitação em relação ao baiano Miguel Calmon, ministro da Indústria que estava sendo acionado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Madeira. Navarro de Andrade provocou os trabalhadores com o argumento de que Miguel Calmon havia mandado “buscar engenheiros estrangeiros para as obras do porto e dos Correios” e ninguém havia protestado contra isso. A comissão, então, se dirigiu ao governador Araújo Pinho para “comunicar a resolução da classe operária sobre o caso”, ouvindo daquela autoridade o compromisso de tratar do assunto com Navarro de Andrade (*Diário de Notícias*, Salvador, 6 out. 1908, p. 5).

Na entrevista concedida ao *Jornal de Notícias*, o engenheiro Navarro de Andrade afirmou que a) nunca havia importado “artistas estrangeiros para os trabalhos da Faculdade de Medicina”; b) pelo contrário, durante sua administração ele dispensara “todos os trabalhadores estrangeiros” contratados no período em que as obras daquela instituição ficara a cargo do engenheiro Theodoro Sampaio², “conservando apenas dois artistas que trabalhavam em especialidade”; c) as obras que estavam em disputa não eram as de “confecção do mobiliário”, que tinham ficado sob a responsabilidade do diretor da Fameb, mas as de preparo das arquibancadas do anfiteatro daquela instituição; d) ao fazer uma tomada de preços nas “melhores marcenarias” de Salvador, recebera como resposta de umas a declaração de impossibilidade de realizar o trabalho dentro dos prazos fixados, ao passo que outra oficina pedira a soma de 21 contos de réis por todo o serviço ou 70 mil-réis por assento, “sem sujeitar-se ainda ao estilo escolhido”; e) em face dessas respostas, resolveu fazer a mesma pesquisa de preços no Rio de Janeiro e em São Paulo, recebendo do italiano Umberto Badolato³ a proposta de “preparar as referidas arquibancadas de acordo com o projeto” pelo valor de 12 contos de réis, estando incluído no preço “todo o material necessário e obrigando-se a ter somente operários nacionais”; f) durante sua administração, não foi fabricada nenhuma porta por “artista estrangeiro”. Todas as portas da Faculdade de Medicina teriam sido feitas por “artistas nacionais”; g) a pintura da Fameb já tinha sido contratada pelo engenheiro Theodoro Sampaio com o “artista italiano Sercelli”⁴, para o qual deixara exclusivamente o trabalho da biblioteca e do anfiteatro, “dando as outras pinturas a artistas nacionais”, reduzindo o contrato de sete para cinco contos de réis (*Jornal de Notícias*, Salvador, 6 out. 1908, p. 1).

Os mesmos “esclarecimentos” foram prestados ao *Diário de Notícias*, mas, nesse caso, o referido órgão de imprensa não se limitou a abrir suas páginas para o engenheiro Navarro de Andrade contar sua versão da história. Segundo aquele jornal, o chefe das obras da Fameb merecia “aplausos” e não “censura”, pois a legislação vigente concedia ao contratante um honorário de 5% do valor do contrato. Portanto, ao contratar pelo valor menor, o engenheiro Navarro de Andrade estava economizando recursos do erário e recebendo menos por seus serviços (*Diário de Notícias*, Salvador, 6 out. 1908, p. 1).

Mas na mesma edição do *Diário de Notícias*, o “Operário Brasileiro” voltou à carga contra o “Inimigo do Operário”. Dessa vez a nota começava com uma acusação direta a Navarro de Andrade, denunciado por ter feito declarações “falsas” à Bahia. Em seguida, perguntava-se em tom irônico quem eram os “marceneiros convidados” para fazer aquele “célebre mobiliário” da Fameb e que “estilo tão difícil” era aquele que o engenheiro não poderia explicar. Reiterava-se o questionamento sobre as supostas oficinas do Rio de Janeiro e São Paulo que teriam apresentado propostas. Usando mais uma vez do artifício da pergunta retórica, o “Operário Brasileiro” questionou se aquelas obras já não estavam contratadas havia oito meses com o italiano Umberto Badolato por 18 contos de réis e como esse mesmo italiano apresentava naquele momento um novo orçamento de 12 contos de réis (*Diário de Notícias*, Salvador, 6 out. 1908, p. 5).

A assembleia realizada na noite do dia 6 de outubro de 1908 foi ainda mais concorrida, reunindo cerca de 400 operários, provavelmente uma decorrência da indignação gerada pela conduta arrogante e intransigente do engenheiro Navarro de Andrade. Reunidos nos salões do fundo do Centro Operário sob a coordenação de Felipe de Castro, seu vice-presidente, ladeado pelo pedreiro Anastacio Machado de Menezes e pelo marceneiro Boaventura Gomes da Silva, os trabalhadores ouviram o relato feito pelo marceneiro Octavio Jeronymo Santos em nome da comissão encarregada de tratar com o chefe das obras da Fameb e com o governador do Estado.

Em seguida foi lida a proposta de mensagem a ser enviada ao ministro Miguel Calmon. O documento narrava o conflito ocorrido com o engenheiro Navarro de Andrade e solicitava “preferência das obras” para o Sindicato dos Trabalhadores em Madeira, que possuía oficinas próprias instaladas no pavimento térreo do Centro Operário. Falaram também Dionysio Antonio da Silva, que havia dado a ideia da carta ao ministro Miguel Calmon, além dos pedreiros Thomaz Gonçalves dos Santos e Anastacio Machado de Menezes, Miguel Chaves, repórter do jornal *A Bahia*, e Philemon de Souza. Na sequência, foi ouvido o relato do Club dos Machinistas, que declarou “adesão ao movimento dos operários”. Também eles protestavam contra o emprego de trabalhadores franceses sem cartas de habilitação nas obras do porto. O último a falar foi o marceneiro Marcellino de Souza Aguiar, descrito pelo *Diário de Notícias* como um “operário ilustrado”, “cujo discurso ponderado e doutrinário” agradara muito aos que lhe ouviram (*Diário de Notícias*, Salvador, 7 out. 1908, p. 7).

O paternalismo como arma política dos trabalhadores

Apesar da cobertura do conflito, a imprensa não publicou a íntegra da carta do Sindicato dos Trabalhadores em Madeira ao ministro Miguel Calmon. Quem o fez foi o alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos, qualificado em seu inventário *post mortem* como pardo (APEB, Seção Judiciária, Inventário 6/2718/0/10), uma classificação racial que só pode ser entendida à luz da ascensão social experimentada e do *status* alcançado por ele. Afinal, Ismael tinha sido dirigente do Centro Operário e da Sociedade dos Alfaiates, irmão da Ordem Franciscana do Boqueirão, no Distrito de Santana, coronel da Guarda Nacional e duas vezes conselheiro municipal, legando inúmeras propriedades aos seus descendentes. Como se observa na Figura 2, apesar de se aproximar da classificação de cor preta vigente à época de seu nascimento (1857), sua condição de classe e de poder fizeram com que ele fosse definido como pardo por ocasião de sua morte (1931).



Figura 2 – Ismael Ribeiro dos Santos.
Fonte: Ribeiro (1930).

Ismael Ribeiro reproduziu a carta dos marceneiros e carpinteiros no longo relatório que apresentou à assembleia geral do Centro Operário, realizada no dia 20 de abril de 1910, no qual ofereceu um resumo dos principais acontecimentos vividos pela associação e seus membros no período de 1908-1909. Além de publicada na íntegra, a epístola dos marceneiros e carpinteiros foi antecedida de uma contextualização do documento e do movimento encetado por seus subscritores, e notícias breves, ao final da missiva, sobre os desdobramentos da mobilização dos trabalhadores.

A carta apresentava o Sindicato dos Trabalhadores em Madeira como “associação de ofício”, “de trabalho e resistência”, “aderente à Federação Socialista Bahiana e aliada recíproca às demais associações federadas”, criada para a “imediata defesa dos lícitos interesses das classes dos marceneiros, carpinteiros e anexos”. Apelando para a linguagem paternalista, as lideranças dos trabalhadores pediam, “dentro dos limites da ordem legal e dos direitos políticos e sociais” que lhes assistiam, que fossem tomadas “providências urgentes” contra a “pretensão injusta” do engenheiro Navarro de Andrade, que se desviava “das normas do bom-senso e dos sentimentos pátrios e humanitários” ao “afrontar aos artistas marceneiros e carpinteiros” e “ferir os brios e amor próprio das classes trabalhadoras da Bahia” contratando “operários estrangeiros” em São Paulo “para a fabricação de mobiliário e demais pertences de madeira, do anfiteatro e outras dependências do novo edifício” da Fameb.

Simulando uma interlocução pessoal, a direção do sindicato argumentou com o ministro que a contratação dos “artistas italianos” era de todo absurda pois, “como bem o sabeis, existem aqui, em porção considerável, artistas competentes, dotados de todos os requisitos de probidade, conhecimento e gosto, para a economia e aperfeiçoadíssima execução” dos referidos trabalhos, “sob administração” do engenheiro-chefe das obras da Fameb ou por contrato, “em qualquer das muitas marcenarias” de Salvador.⁵

Em seguida, os trabalhadores fizeram um relato sobre as assembleias realizadas no Centro Operário e as diligências feitas pelas comissões nomeadas naquelas reuniões. Eles registraram que a comissão encarregada de tentar convencer o engenheiro Navarro de Andrade a reconsiderar seu “ato de injustiça” foi “estúpida e grosseiramente recebida à soleira de sua casa” e que, “após prolongada demora e com acentuada má-criação”, o engenheiro mandou a comissão adentrar sua sala de espera. Naquele momento, “sem a indispensável solenidade” comum a essas “recepções”, “sem mesmo a vulgar benevolência dos donos da casa ante as pessoas que abrigam, sem a mais ligeira reflexão das grandes e imediatas responsabilidades” que pesavam sobre homens “que se investem de públicos mandatos”, o engenheiro-chefe das obras da Fameb respondeu “autoritariamente” aos “zelosos comissionados” do sindicato, dizendo que só devia explicações a seu “superior hierárquico”.

Mais uma vez, em tom ao mesmo tempo deferente e pessoal, como se estivessem dialogando com o ministro, os marceneiros e carpinteiros argumentaram com Miguel Calmon em termos que pediam ratificação e legitimação: “Compreende v. ex., melhor do que nós, que homens cultos e generosos, não se exibem, não se manifestam deste modo”. O agravamento da “melindrosa situação” criada pelo “impatriótico procedimento” do engenheiro-chefe das obras da Fameb obrigou o conselho administrativo do Sindicato dos Trabalhadores em Madeira a registrar também naquela missiva seu “enérgico, público e solene protesto” à “afronta” desferida contra a comissão de trabalhadores encarregada de tratar com o engenheiro.

Ao mesmo tempo, movendo-se no tabuleiro da grande política e tentando tirar proveito dos conflitos envolvendo as elites políticas, a organização operária registrava que a mesma comissão havia sido “atenciosamente recebida” pelo “eminente e patriótico governador” João Ferreira de Araújo Pinho. Segundo a versão que os trabalhadores contaram a Calmon, Araújo Pinho teria prometido “amigavelmente se interessar” pela causa operária, declarando “estranhar o motivo de mandar-se buscar estrangeiros em outro lugar para trabalhos que aqui havia de sobra quem os fizesse”. Contudo, o governador teria dito aos artistas baianos que “oficialmente, nada podia fazer”, já que a Fameb fazia parte dos “negócios sujeitos à administração federal”.

A correspondência do Sindicato dos Trabalhadores em Madeira ao ministro Miguel Calmon fazia uma série de denúncias de irregularidades nos contratos da Fameb. O engenheiro-chefe das obras não teria realizado “concorrência pública” para a “fabricação do mobiliário”, além de não ter produzido “planta do mobiliário” junto à “planta do edifício” como forma de garantir a “odiosa predileção” pelos estrangeiros em prejuízo dos nacionais. Os artistas destacaram também que sua associação havia sido fundada com base no Decreto nº 1.637, de 15 de janeiro de 1907, a legislação que regulava os sindicatos profissionais e cooperativas. Seu sindicato achava-se aparelhado com “oficinas apropriadas no pavimento térreo do edifício do Centro Operário”, estando apto a “manufaturar o mobiliário da Faculdade de Medicina e dos demais estabelecimentos públicos e particulares, quer por contrato, administração ou concorrência pública”.

Além disso, reiterou-se a tese de que a “competência dos operários da Bahia” tinha ficado “mais uma vez comprovada” na “belíssima reconstrução do majestoso edifício da Faculdade de Medicina”. Portanto, era um “crime de leso-patriotismo” contratar “imigrantes europeus” para realizar trabalhos que poderiam ser feitos com “competência” por grande quantidade de operários nacionais existentes em Salvador.

A parte final da carta do Sindicato dos Trabalhadores em Madeira é reveladora de que aqueles operários estavam plenamente informados sobre os debates e ações governamentais no que diz respeito aos temas da imigração e força de trabalho e como as políticas para essas questões afetavam suas vidas. Atentos, eles fizeram uso do jargão patriótico e nacionalista para combater seletivamente a contratação de trabalhadores estrangeiros (leia-se, brancos) e reivindicar direitos para os nacionais, isto é, negros e mestiços. Ao mesmo tempo, havia uma enfática defesa e valorização dos ofícios de marcenaria e carpintaria, apontados como perfeitamente realizáveis pelos brasileiros.

Assim, os marceneiros e carpinteiros diziam que não eram “contrários à imigração” em geral, mas queriam que os imigrantes lhes ensinassem o que eles ignoravam e não os explorassem nos trabalhos para os quais eles, os nacionais, tinham a mesma “competência artística e industrial”. E perguntavam (mais uma vez em tom retórico): “Que trouxeram os estrangeiros em matéria de arte tanto mais de construção, que nos faça admirar?”. E afirmavam: “O cimento armado, o estuque, o verniz de pincel, a pintura à cola, a porta em forma de trapézio, tudo isto nesta terra já se fazia há muitos anos passados”. O arremate tem contornos xenofóbicos, um artifício para ganhar o apoio de Miguel Calmon, já que a trajetória desses artífices é marcada por valores socialistas e internacionalistas, como demonstrarei na próxima seção (SANTOS, 1910, p. 11-16 e 34).

O estrangeiro entre nós, seja qual for, só vem fazer fortuna, e uma vez rico, num voo de ave de rapina, vai gozar no país donde é filho, a fortuna feita. Em sua maioria analfabetos, grosseiros e turbulentos, não respeitam as leis do país, injuriam os seus filhos, esfarrapam e pisam o pavilhão da Pátria, como estamos fartos de testemunhar, certos da impunidade, porque gritam aos quatro ventos que a vida de um cidadão e consciência de um juiz brasileiros compram-se com libras esterlinas. Contratam por um preço o braço trabalhador e pagam por outro com tremenda redução, como está acontecendo nas obras do porto daqui e acham por cúmulo da nossa maior desgraça, autoridade policial do jaez subdelegado do Pilar que, a troco de 8% do total das folhas, manda postar, nos dias de pagamento, na porta do escritório da empresa, a sua polícia a fim de que o infeliz homem do trabalho, o pacato sertanejo açoitado da seca e que vem em busca de um pedaço de pão, nada possa reclamar, porque a força pública não consente! (SANTOS, 1910, p. 14).

Observe-se que as denúncias não eram dirigidas apenas aos trabalhadores imigrantes, mas também aos contratadores, concessionários ou patrões estrangeiros, acusados de corrupção ativa, violações de direitos dos operários brasileiros e desrespeito aos símbolos nacionais e às leis do Brasil. Ao mesmo tempo, Miguel Calmon foi cortejado de forma ainda mais explícita:

Em face do que temos dito, estamos certos do vosso valiosíssimo apoio à nossa causa, que é a causa comum, simpatizada e defendida do operariado baiano.

Aceitai, pois, baiano eminente, egrégio titular da operosa pasta da Viação e Obras Públicas desta grande e poderosa República, as justíssimas queixas e reclamações de um punhado de trabalhadores vossos patrícios, que, moços, como vós sois, só aspiram o progresso ilimitado de sua adorada Pátria com a liberdade ampla, o respeito mútuo e mútua garantia de seus filhos (SANTOS, 1910, p. 14-15).

Mas a deferência ao ministro era acompanhada da exigência de proteção e garantia de direitos, como convém a uma relação paternalista:

Aceitai, sim, os protestos da nossa mensagem porque eles significam a mais evidente e palpitante afirmação do conhecimento dos nossos direitos, perante a vossa consciência esclarecida de patriota sem jaça; aceitai, exmo. sr. ministro, porque eles assinalam, com o brilho radiante e intenso de uma nova aurora social, as futuras conquistas de uma era promissora, que não vem longe, para felicidade do povo, harmonia, equilíbrio e segurança da excelsa República Brasileira.

Temos dito. Agora cumpre-nos renovar a v. ex. os nossos protestos da mais elevada estima e sincera admiração, aguardando calmos e rejubilados, o “veredictum” da vossa indefectível justiça (SANTOS, 1910, p. 15).

A carta dos marceneiros e carpinteiros era encerrada com a tradicional saudação de “Saúde e evolução social” e seguida das assinaturas dos membros do conselho administrativo do Sindicato dos Trabalhadores em Madeira: Tiburcio Luiz Souto, secretário relator; Victor Sodré Pereira, secretário auxiliar; Euclides Corrêa de Moraes, tesoureiro; Athanazio Rozendo Espírito Santo, Anacleto Maximiano Prates, Antonio de Assis, Manoel dos Santos Pereira, Arthur João Baptista de Sant’Anna e Octavio J. Santos. O Centro Operário juntou um ofício de encaminhamento à petição dos artistas por meio do qual firmava sua “solidariedade” com aqueles trabalhadores e enviou os dois documentos ao ministro Miguel Calmon.

O saldo da mobilização dos marceneiros e carpinteiros parece ter sido positivo. O Sindicato dos Trabalhadores em Madeira teria sido “contemplado entre os concorrentes” para a realização das “obras de marcenaria” da Faculdade de Medicina, “cabendo-lhe o fabrico do mobiliário da biblioteca” daquela instituição. Segundo o relatório do alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos, o trabalho “teve feliz e excelente acabamento”, gerando um “lucro superior a 600 mil-réis” para a organização sindical dos marceneiros e carpinteiros, um valor modesto se comparado aos 54 contos de réis apurados pelo Centro Operário com mensalidades dos associados, alugueis de imóveis e subvenções estatais no período (SANTOS, 1910, p. 11-16 e 34).

Mas esse não é um detalhe menor. Além da importância simbólica do valor apurado, ele revela que o Sindicato dos Trabalhadores em Madeira funcionou e pretendia continuar funcionando como intermediário na contratação e gestão da força de trabalho, a exemplo do sistema *closed shop* imposto pelos estivadores no porto do Rio de Janeiro e pelos trabalhadores da construção civil de Santos no início do século XX (CRUZ, 2002; SILVA; GITAHY, 1996).

Os fatores de ordem política, ligados ao dissenso entre as oligarquias baianas, influenciaram decisivamente na escolha do ministro Miguel Calmon como interlocutor privilegiado dos trabalhadores. Isso se deveu ao fato de ter havido uma importante cisão no Partido Republicano da Bahia em 1907. Severino Vieira, que havia governado o Estado no quadriênio (1900-1904), insistia em indicar o sucessor de seu antigo aliado, José Marcellino de Souza, chefe do executivo estadual entre 1904 e 1908. Vitorioso sobre a dissidência, José Marcellino impôs Araújo Pinho como governador de 1908 a 1912, contando, inclusive, com o apoio de J. J. Seabra, uma aliança que se romperá por ocasião da eleição presidencial de 1910, quando Souza apoiou a Campanha Civilista de Ruy Barbosa e Seabra se juntou a Hermes da Fonseca (SAMPAIO, 1999, p. 93-102).

Contudo, um segundo aspecto importante na trajetória de Miguel Calmon influenciou a escolha que os marceneiros e carpinteiros fizeram de seu nome para interceder no conflito de 1908. Em 1905, Calmon ocupava o cargo de secretário da Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas da Bahia, posição privilegiada para defender os interesses de sua classe e de sua família, que era proprietária de terras (e de escravos até 1888). Nessa condição, foi escolhido pela II Conferência Açucareira, realizada no Recife, para chefiar uma “missão de estudos sobre a cultura da cana e outros produtos tropicais no Egito, Índia, Cingapura, Java e Sumatra”. A expedição se estendeu do segundo semestre de 1905 ao início de 1906.

De acordo com Antonio Luigi Negro, Miguel Calmon percebeu e registrou em seus escritos posteriores que os elevados lucros obtidos pelos holandeses na lavoura colonial do fumo no Oriente derivavam da intensa exploração dos *coolies*, isto é, trabalhadores de origem indiana, chinesa ou do sudeste asiático submetidos a contratos que implicavam o trabalho compulsório e degradante. Ainda que tivesse clareza sobre as vantagens econômicas que um eventual uso dos *coolies* traria para a lavoura brasileira, Calmon se convenceu da impertinência de tal empreitada.

Segundo Negro, a recusa de Calmon não guardava relação com sentimentos humanitários em relação aos trabalhadores asiáticos submetidos a contratos que muito mal disfarçavam sua condição análoga à escravidão. Os temores de Calmon eram determinados por sua mente colonizada pelo racismo científico e estavam ligados ao medo de que a chegada dos asiáticos implicasse uma “nova onda de mestiçagem”, “vetor de perda de condição racial” e diminuição da “nitidez nas distinções sociais, atingindo a coincidência entre supremacia racial e supremacia de classe”.

Seguindo um padrão do período, Calmon preferia o recrutamento de imigrantes europeus brancos, tal como se fazia desde a segunda metade do século XIX na lavoura do café no sudeste do Brasil. Mas havia áreas do país que não dispunham de recursos para promover a imigração subsidiada. Sem abdicar de sua preferência por europeus brancos, a solução pensada por Calmon foi a “localização” dos índios, isto é, sua conversão ao trabalho regular e disciplinado nas construções de linhas ferroviárias e de telégrafos e na agricultura (NEGRO, 2020).

As conclusões de Calmon só foram publicadas em 1913, mas é provável que elas já fossem conhecidas do público em 1906, quando ele assumiu o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas do presidente Affonso Penna. Por isso o Sindicato dos Trabalhadores em Madeira o escolheu como interlocutor nas disputas com o engenheiro das obras da Fameb em outubro de 1908. Tratava-se de acionar o engenheiro que se opôs à importação de *coolies* contra o engenheiro que contratava imigrantes italianos residentes em São Paulo para realizar trabalhos que os brasileiros já faziam há muito tempo e com qualidade inquestionável. Os trabalhadores tentavam dar tratamento igual para situações sabidamente desiguais na cabeça de seu interlocutor, uma estratégia para pressionar Calmon a se opor à contratação dos italianos como conduta coerente com a oposição ao emprego de *coolies*.

O racismo científico e os interesses políticos de Miguel Calmon e seu grupo se combinaram com a ideia de progresso civilizacional associada à exploração das riquezas naturais e ao desenvolvimento da indústria. Um dos pontos de encontro dessas ideias foi a Exposição Nacional, realizada no Rio de Janeiro entre 11 de agosto e 15 de novembro de 1908. Na qualidade de ministro da Indústria, Miguel Calmon foi o promotor do evento, que teve 11.286 expositores brasileiros e 671 portugueses, recebeu mais de um milhão de visitas pagas e celebrou o centenário da abertura dos portos do Brasil ao livre comércio, ao mesmo tempo que inventariava os avanços do país nas mais diversas esferas. A Bahia

figurou no seletivo grupo dos quatro Estados que tinham pavilhão próprio e exclusivo no evento (PEREIRA, 2010).

Entre os muitos convidados recepcionados pelo ministro Miguel Calmon na Exposição Nacional, cabe destacar o alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos, presidente do Centro Operário, a organização que, nas palavras de seu dirigente máximo, fez uma “aliança” com o Sindicato dos Trabalhadores em Madeira em sua luta contra a introdução de artistas italianos nas obras da Fameb (SANTOS, 1910, p. 11-16).

Antes de partir para o Rio de Janeiro, Ismael Ribeiro dos Santos publicou uma nota de despedida no *Jornal de Notícias*, na qual se dirigiu aos seus “companheiros presidentes e membros dos conselhos paroquiais”, aos “dignos sócios e agremiados” do Centro Operário e aos seus “amigos em geral” para informar que seguiria para o Distrito Federal no dia 5 de agosto de 1908 a bordo do paquete Ceará (*Jornal de Notícias*, Salvador, 4 ago. 1908, p. 2).

O presidente do Centro Operário fez um breve relato sobre sua passagem pela Exposição Nacional de 1908 no já referido relatório de 1910, no qual ele se debruçou mais detidamente sobre o conflito envolvendo os marceneiros e carpinteiros (SANTOS, 1910, p. 8-10). Mas foi em seu livro de memórias, *A voz do operário falando a verdade*, publicado em 1930, pouco antes de cometer suicídio (31/01/1931), que o coronel da Guarda Nacional Ismael Ribeiro dedicou 72 das mais de 250 páginas da obra para falar sobre sua participação na Exposição Nacional de 1908 (RIBEIRO, 1930, p. 18-90).⁶

Às vésperas do embarque de Ismael Ribeiro dos Santos rumo ao Rio de Janeiro, no dia 5 de agosto de 1908, o Centro Operário enviou telegramas ao ministro Miguel Calmon, ao senador Severino Vieira e ao deputado federal João Augusto Neiva, nos quais pediu “carinhoso acolhimento” ao seu “delegado” no Distrito Federal. De fato, ao chegar ao porto da Capital Federal, Ismael foi recebido por Antonio Calmon, irmão do ministro e “ilustre diretor” da Secretaria da Câmara dos Deputados da Bahia, e por Virgílio Lemos e João Augusto Neiva, ambos da bancada baiana na Câmara Federal. Miguel Calmon disponibilizou uma lancha para levar Ismael à terra firme, ao passo que Neiva ofereceu-lhe um almoço no Hotel Globo (RIBEIRO, 1930, p. 24-28).

A imprensa do Rio registrou a presença de Ismael Ribeiro ao lado de ministros, inclusive Miguel Calmon (Indústria) e Tavares Lyra (Justiça), e de vários deputados estaduais e federais, sanadores, entre outras autoridades na Exposição Nacional. O delegado do Centro Operário também visitou as redações de *O Paiz* e *A Imprensa*. Além disso, Ismael Ribeiro ofereceu, no dia da inauguração do pavilhão baiano, “um belo bronze artístico aos operários que trabalharam nas obras da Exposição”, homenagem do Centro Operário que também foi feita por organizações de trabalhadores do Distrito Federal (*O Paiz*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1908, p. 4; 25 ago. 1908, p. 3; *A Imprensa*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1908, p. 1; 25 ago. 1908, p. 2; 29 set. 1908, p. 2).

As articulações políticas de Ismael Ribeiro aconteciam tanto nos pavilhões da Exposição Nacional quanto na estratégica Gruta Baiana, onde desfrutou de um “almoço íntimo” oferecido pelo senador Severino Vieira e um jantar de despedida, ao qual compareceram Evaristo de Moraes, líder socialista e advogado de vários sindicatos no Rio de Janeiro.⁷ O festim também foi prestigiado por Pinto Machado, dirigente da União Operária do Engenho de Dentro, que conferiu um diploma de sócio honorário a Ismael; e o deputado João Augusto Neiva, sócio benfeitor do Centro Operário desde 1903 por ter conseguido uma subvenção anual de 15 contos de réis para essa organização no primeiro mandato de Ismael como seu presidente (RIBEIRO, 1930, p. 47 e 58; SANTOS, 1903, p. 9; *O Paiz*, Rio de Janeiro, 9 set. 1908, p. 3; 23 out. 1908, p. 3-4; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 out. 1908, p. 4).

A Gruta Baiana era um bar localizado na praça Tiradentes, propriedade de Tia Gracinda, baiana ligada ao candomblé e casada com o muçulmano Assumano Henrique Mina do Brasil. Tia Gracinda, assim como Tia Ciata, foi uma das várias tias baianas que deram vida à chamada *Pequena África* na região portuária do Rio de Janeiro a partir da segunda metade do século XIX (MOURA, 1995, p. 95).⁸

No dia 24 de outubro de 1908, após quase três meses de articulações políticas no Rio de Janeiro, Ismael Ribeiro dos Santos regressou à Bahia a bordo do Paquete Olinda, desembarcando em Salvador na manhã do dia 28 daquele mês (*A Imprensa*, Rio de Janeiro, 25 out. 1908, p. 5; *O Paiz*, Rio de Janeiro, 23 out. 1908, p. 4; 28 out. 1908, p. 3). O Conselho Executivo do Centro Operário recebeu seu presidente com uma “festiva recepção” animada pela banda da polícia na ponte da Companhia de Navegação Baiana e um “vapor especial” para os que quisessem encontrá-lo a bordo do Olinda (*Jornal de Notícias*, Salvador, 27 out. 1908, p. 1).

O convite a Ismael Ribeiro para tomar parte da Exposição Nacional no Rio de Janeiro evidencia que os contatos entre os membros do Centro Operário e Miguel Calmon antecederam e se aprofundaram ao longo daquele evento. Não foi à toa que, dias antes do conflito, o carpinteiro Juvenal Luiz Souto, irmão de Tiburcio, o líder mais destacado do Sindicato dos Trabalhadores em Madeira, integrou uma comissão encarregada de organizar uma festa e uma homenagem a Antonio Calmon, o irmão do ministro. Iniciativa de “amigos e correligionários” para recebê-lo em seu retorno do Rio para Salvador, o evento teve rega-bofe e solenidade de colocação de um retrato a óleo daquele político, feito pelo artista Presciliano Guimarães, na secretaria da Câmara dos Deputados da Bahia (*Jornal de Notícias*, Salvador, 31 ago. 1908, p. 1; 19 set. 1908, p. 1).

Ao mesmo tempo, é preciso ter em mente que o Centro Operário era uma organização com grande penetração no mundo dos artesãos de Salvador, compartilhando muitos membros do Sindicato dos Trabalhadores em Madeira. Por fim, a liderança ideológica do Centro Operário e da organização sindical dos marceneiros e carpinteiros integrava, ao lado dos dirigentes de outros sindicatos, a Federação Socialista Bahiana. Portanto, a escolha de Miguel Calmon como interlocutor obedeceu a um rigoroso cálculo político dos trabalhadores. Vejamos agora quem eram esses indivíduos e suas associações.

Mundos do trabalho

A classe trabalhadora de Salvador era majoritariamente brasileira, negra e mestiça, um perfil semelhante ao do conjunto de sua população. A imigração para o Brasil teve início nos primeiros anos do século XIX, mas foi a partir da década de 1870 que houve um incremento desse processo. Entre 1880 e 1924, aportaram 3,6 milhões de imigrantes no país, sendo 38% deles italianos. No período de 1880-1904, o percentual de imigrantes da Itália para o Brasil sobe para 57,4%. Os portugueses, espanhóis e alemães formavam as outras colônias importantes em termos quantitativos, ainda que tivessem um peso bem menor na composição da população das regiões que os receberam quando comparados aos italianos. Desde o começo do Oitocentos, uma parte dos imigrantes italianos (e alemães) se dirigiu ao sul do Brasil, região na qual esses indivíduos se transformaram em colonos com pequenos lotes de terra, iniciativa que obedecia ao imperativo estratégico do governo brasileiro de povoamento e ocupação de uma região de fronteira com a Argentina e o Uruguai (TRENTO, 1989, p. 18 e 77-98).

O outro fluxo imigratório de italianos recebeu grande aporte de subsídios estatais e se destinou ao trabalho sob contrato na lavoura cafeeira no Sudeste do Brasil, sobretudo São Paulo, que granjeou 56% dos 4.1 milhões de estrangeiros que entraram no país entre

1886 e 1934. Os japoneses começaram a chegar em 1908 e contribuíram com a força de trabalho de 96 mil imigrantes para a lavoura cafeeira paulista entre 1911 e 1930 (HOLLOWAY, 1984, p. 68 e 73).

A decadente aristocracia do açúcar da Bahia não se beneficiou nem da abundância de força trabalho, nem do branqueamento tão desejado por meio da imigração em massa. Pelos cálculos de Angelo Trento, o número de italianos em solo baiano girava em torno de 200 ou 300 indivíduos em 1884, chegando a 2.500 ou 3.000 no final do século XIX. Em 1908, quando rebentou o conflito entre o Sindicato dos Trabalhadores em Madeira e o engenheiro-chefe das obras da Fameb, existiam cerca de 500 italianos em Salvador. Além disso, registrou-se a existência de 134 trabalhadores empregados em oito “indústrias” pertencentes a italianos em 1907. O cônsul italiano na Bahia, orientado por uma visão classista e racista, tinha opinião das piores sobre seus compatriotas, tidos como pobres, ignorantes, sem asseio, sem ambições, sem ligações com o consulado e a pátria e demasiadamente “assimilados”, inclusive pela inclinação que tinham para contrair relações com mulheres negras (TRENTO, 1989, p. 106 e 141). Portanto, a presença italiana na capital baiana tinha um peso quantitativo insignificante, considerando que em 1900 a população da cidade já era de 205.813 pessoas (*Anuario Estatístico do Brazil. 1º ano (1908-1912). Volume I. território e população*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1916, p. 298-299).

Ademais, como demonstrado por Michael M. Hall, a simples presença de imigrantes não gera uma forte etnicidade, e a identidade étnica não necessariamente se contrapõe ou exclui a lealdade de classe e vice-versa. Muitas vezes elas podem retroalimentar-se mutuamente. As pesquisas de Hall evidenciam também que muitas vezes os imigrantes se identificavam mais com seus “lugares ou regiões de origem” do que com sua nação, algo muito forte entre os italianos e seus diferentes dialetos, dada a unificação nacional tardia da Itália. Além disso, os trabalhadores não aderiam ao discurso nacionalista e patriótico de seus patrões, explicitando que existiam momentos em que etnia e classe podiam alcançar um tensionamento maior. Essa constatação, feita para a cidade de São Paulo, onde os italianos perfaziam 35% da população em 1893 e os estrangeiros de modo geral constituíam 86% dos artistas, 81% dos trabalhadores em transportes, 79% dos operários fabris e 72% dos empregados no comércio em 1892, também parece válida para Salvador, a velha metrópole colonial na qual os negros e mestiços eram predominantes na população e nos ofícios artesanais (HALL, 2010).

As pesquisas de João José Reis, Lysie Reis e outros já demonstraram que existia uma secular tradição artesanal praticada por negros e mestiços, inclusive escravos e libertos empregados no trabalho de ganho de Salvador, sendo amplamente reconhecida a perícia desses artistas e mestres, aí incluídos os ofícios de marcenaria, carpintaria e construção civil (REIS, 1991, 1996, 2000, 2019; REIS, 2012). No longo período entre os anos 1830 e o final da Primeira República, esses artífices negros e mestiços construíram um complexo e diversificado associativismo que abrangia irmandades religiosas, associações de auxílio-mútuo, sociedades recreativas, sindicatos, clubes e partidos políticos (CASTELLUCCI, 2014b; CASTELLUCCI, 2010a, 2010b).

Além disso, milhares desses trabalhadores de ofício se engajaram ativamente nas eleições imperiais, integrando as chapas dos partidos Liberal e Conservador e constituindo-se peça-chave do processo político na capital baiana até 1881, quando foi aprovada a Lei Saraiva, por meio da qual grande parte dos trabalhadores (em sua maioria libertos e descendentes de escravos e libertos) foi esbulhada em seus direitos políticos constitucionais (CASTELLUCCI, 2014a). Sob a República, a classe operária de Salvador se organizou em partido próprio, primeiro fundando o Partido Operário da Bahia em 1890, depois fundindo as

duas facções que surgiram nele e criando o Centro Operário em 1893-1894, uma influente organização que reuniu 5 mil membros em seu primeiro ano de existência e manteve uma média de 1.200 filiados nas duas primeiras décadas do século XX (CASTELLUCCI, 2010a; CASTELLUCCI, 2010c).

Os marceneiros e carpinteiros que protestaram contra a introdução de artistas italianos nas obras da Faculdade de Medicina em 1908 estavam firmemente envolvidos nessa constelação associativa. Grande número deles integrava uma ou mais irmandades religiosas a partir de uma identidade étnico-racial e pertenciam a uma ou várias associações mutualistas como forma de afirmar sua identidade de ofício e de classe e proteger a si e a seus familiares das adversidades do desemprego, das doenças e da morte desassistida. Alguns desses trabalhadores estiveram envolvidos na fundação dos primeiros sindicatos no início do século XX sem nunca terem abandonado as irmandades e as sociedades mutualistas criadas no princípio do oitocentos.

Examinemos o caso do Sindicato dos Trabalhadores em Madeira. Seu primeiro conselho administrativo foi empossado no dia 1º de maio de 1908, na sede da Federação Socialista Bahiana no bojo das celebrações do Dia do Trabalho. Essa diretoria era integrada por nove trabalhadores e era dividida em três comissões, cada uma com três membros. A comissão executiva era composta pelo carpinteiro Tiburcio Luiz Souto (secretário relator) e pelos marceneiros Victor Sodré Pereira (secretário auxiliar) e Euclides Corrêa de Moraes (tesoureiro). A comissão de organização econômica era integrada por três marceneiros: Athanzio Rozendo do Espírito Santo, Antonio de Assis e Anacleto Maximiano Prates. Já a comissão de organização do trabalho se compunha por Alfredo de Alcantara e Angelo Cypriano de Jesus, cujos ofícios não consegui identificar, e pelo marceneiro Augusto do Nascimento (*Jornal de Notícias*, Salvador, 2 maio 1908, p. 1; *Diário de Notícias*, Salvador, 2 maio 1908, p. 1).

Todos os nove componentes do conselho administrativo do Sindicato dos Trabalhadores em Madeira pertenciam ao Centro Operário, uma organização guarda-chuva que abrigava operários dos mais diversos ofícios artesanais e pertencentes a dezenas de outras associações. Em minha pesquisa consegui reconstituir elementos do perfil e da trajetória das principais lideranças envolvidas no protesto de 1908 e mapeei suas redes de sociabilidade. Isso se deve ao fato de esses indivíduos pertencerem à fração mais qualificada da classe operária. Ao contrário dos operários fabris, que recebiam salários muito baixos e estavam submetidos a longas jornadas de trabalho insalubre, disciplinado e alienado, os artesãos tiravam seu sustento da labuta nas oficinas (às vezes de sua propriedade) e dos canteiros de obras, espaços nos quais a divisão do trabalho e a mecanização ainda não tinham feito avanços consideráveis e os artífices e mestres trabalhavam lado a lado empenhados em fazer prevalecer a arte com tirocínio. Disso resultavam ganhos mais elevados, melhores condições de vida, respeitabilidade, reconhecimento social e primazia na organização mutualista, sindical e política.⁹ Não foi sem razão que localizei necrológios publicados na imprensa, testamentos e inventários para muitos desses sujeitos de minha pesquisa. Além disso, suas associações mantinham rigorosa escrituração contábil e produziam relatórios periódicos detalhados sobre a vida do grêmio e seus filiados, um alento para os adeptos da história social.

O inventário de Tiburcio Luiz Souto, secretário relator do Sindicato dos Trabalhadores em Madeira, por exemplo, o classificou como carpinteiro, de cor preta. Nascido em 1873, em Salvador, Tiburcio era viúvo de Maria Francisca Souto, com quem teve três filhos (Saturnino Luiz Souto, Adélia Souto e Maria da Purificação Souto). Faleceu aos 82 anos no dia 15 de março de 1955, vítima de colapso cardíaco em função de uma embolia cerebral, sendo sepultado na Quinta dos Lázarus, o cemitério das irmandades (APEB, Seção Judiciária, Inventário 6/2534/3034/4).

Além de ter sido dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Madeira e do Centro Operário, Tiburcio Luiz Souto (Figura 3) integrou importantes organizações exclusivas de negros: a Irmandade do Rosário dos Pretos do Pelourinho (Portas do Carmo), erigida no século XVII; e a Sociedade Protetora dos Desvalidos, a mutual fundada em 1851 a partir de uma dissidência na Irmandade de Nossa Senhora Amparo dos Desvalidos, fundada em 1832. Ele chegou a compor a comissão artística da SPD no biênio 1921-1922 e ocupou a presidência de seu diretório em 1922-1923. Tiburcio também fez parte da Sociedade Bolsa de Caridade, criada em 1872 pelos antigos artífices do Arsenal de Guerra da Bahia (COSTA, 1934, p. 37; CARVALHO, 1924, p. 45; SANTOS, 1925, p. 36).¹⁰ Por fim, ele compôs o Comitê Central da bem-sucedida greve geral liderada por Agripino Nazareth em junho de 1919 em Salvador (CASTELLUCCI, 2004, p. 199).



Figura 3 – Tiburcio Luiz Souto.
Fonte: Costa (1934, p. 15).

Como visto páginas atrás, Tiburcio Luiz Souto tinha um irmão de nome Juvenal Luiz Souto, também carpinteiro, de cor preta e filiado ao Centro Operário e à Sociedade Bolsa de Caridade. Ele foi vogal do conselho executivo do Centro Operário entre 1915 e 1917, segundo-secretário da Assembleia Geral da SPD no mandato de 1919-1920 e compôs sua comissão artística no biênio 1920-1921. Seu inventário nos deixa saber que ele era mestre de carpintaria da Escola de Aprendizes Artífices. Nascido em 1874, Juvenal era um ano mais jovem que Tiburcio e era casado com Maria Silvina da Conceição Souto, com quem teve cinco filhos (Agenor Luiz Souto, Izaura Conceição Souto, Edith Conceição Souto, Juvenal Luiz Souto Junior e Themitocles Luiz Souto). Juvenal era capitão da Guarda Nacional e conseguiu se eleger juiz de paz do Distrito de Nazaré em 1911. Morreu em 3 de março de 1921, aos 47 anos, em função de complicações cardiológicas e renais, sendo sepultado também na Quinta dos Lázaros (APEB, Seção Judiciária, Inventário 5/2227/2727/3; BAPTISTA, 1908, p. 31; COSTA, 1934, p. 36-37; LIMA, 1917, p.4-5; *Jornal de Notícias*, Salvador, 16 abr. 1912, p. 6; 18 jul. 1912, p. 1).

Se o alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos foi peça-chave da articulação política dos trabalhadores baianos com o ministro Miguel Calmon e a bancada parlamentar baiana no Rio de Janeiro, os irmãos Tiburcio e Juvenal Luiz Souto foram importantes para a organização do Sindicato dos Trabalhadores em Madeira em Salvador. Victor Sodré Pereira, o secretário auxiliar dessa organização, também era filiado ao Centro Operário e à Sociedade Bolsa de Caridade desde 1898, uma evidência desses múltiplos pertencimentos dos artistas (CARVALHO, 1924, p. 45; CARVALHO, 1922, p. 77; GUIMARÃES, 1906, p. 43; PINTO, 1909, p. 24).

Mas a mobilização de todas as frações da classe operária naquele momento coube ao marceneiro Marcellino de Souza Aguiar. Em 7 de julho de 1900 ele já havia sido eleito primeiro secretário da Sociedade Beneficente União Philatropica dos Artistas, fundada em 1889. O diretório tinha como presidente o artista Faustino Gomes da Silva, capitão da Guarda Nacional vinculado à Sociedade Protetora dos Desvalidos e ao Centro Operário que, em 1905, assumiu o cargo de secretário da Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora das Portas do Carmo. Ao apresentar o relatório de sua gestão, em junho de 1901, Faustino Gomes da Silva informou que a Philantropica dos Artistas tinha alcançado o número de 366 filiados e solicitou à assembleia dos associados que concedesse o “diploma de sócio benfeitor” a Marcellino Aguiar “como penhor de gratidão de seus consócios, pelo muito que (ele) fez para levantar esta instituição, dotando-a de uma escrita como a que se acha ante vossos olhos”. Responsável pela escrituração da associação, Aguiar teria “lutado com as maiores dificuldades” para “organizar um bem trabalhado livro de matrícula, dois índices, um livro de descarga minuciosa e tantos outros que seria longo citá-los” (SILVA, 1901, p. 4-5 e 7-8; *Jornal de Notícias*, Salvador, 11 nov. 1905, p. 3).

Além de seus talentos administrativos, o marceneiro Marcellino de Souza Aguiar se destacava como orador, organizador político e liderança ideológica da classe operária. No início de 1901 ele já aparecia como diretor-proprietário do semanário *A Federação Operária: órgão noticioso e propagandista*, por meio do qual a classe operária se mobilizou contra o fechamento de fábricas, o desemprego e a carestia. Aguiar também cumpriu papel-chave no Club Socialista, fundado em 1 de maio de 1901; e na Federação Socialista Bahiana, criada em 14 de agosto de 1902 e filiada ao Partido Socialista Brasileiro fundado em São Paulo (*A Federação Operária: órgão noticioso e propagandista*, Salvador, n. 2, 20 fev. 1901, p. 2; *Jornal de Notícias*, Salvador, 28 maio 1901, p. 1; 18 ago. 1902, p. 1).¹¹

O Club Socialista não era um tipo de antecessor da Federação Socialista, da mesma forma que as sociedades de auxílio-mútuo não eram simples embriões dos sindicatos. Em um e outro caso, essas organizações cumpriram funções diferentes, apesar de compartilharem membros e, por um certo tempo, terem tido existência concomitante e até complementar em alguns casos.¹² Na tarde do dia 14 de julho de 1901, marco da Tomada da Bastilha e do início da Revolução Francesa, o Club Socialista fez sua primeira conferência na sede do Centro Operário e contou com a presença de 52 sócios. Foi distribuído um “avulso impresso” com “opiniões do conhecido escritor Magalhaes Lima” sobre o socialismo (*Jornal de Notícias*, Salvador, 28 maio 1901, p. 1).

A assembleia foi presidida pelo pintor e desenhista Manoel Querino, descrito em seu inventário *post mortem* como “de cor preta” (APEB, Seção Judiciária, Inventário 6/2697/0/17). Querino era um antigo militante abolicionista que já tinha sido figura-chave na fundação da Liga Operária Bahiana em 1876. Ao lado do alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos, ele participou também do processo de organização e das lutas do Partido Operário da Bahia, da União Operária Bahiana e do Centro Operário da Bahia nos anos 1890.¹³ Já o pedreiro (depois mestre de obras) Prediliano Pereira Pitta “dissertou largamente sobre as vantagens do socialismo, nas suas diversas modalidades” (*Jornal de Notícias*, Salvador, 28 maio 1901, p. 1).

Na noite de 1º de maio de 1902, o Club Socialista realizou uma “sessão magna comemorativa” de seu primeiro aniversário de fundação e de “homenagem” ao Dia do Trabalho. Dirigida por Manoel Querino, presidente da Assembleia daquela organização, a reunião ocorreu no Liceu de Artes e Ofícios e contou com a presença de 300 operários. Vários oradores fizeram uso da palavra, entre os quais o presidente do Diretório Prediliano Pitta, que chamou a atenção da classe operária para os “benefícios de que é capaz a ideia socialista” e fez “apologia das cooperativas, fontes únicas em que a pobreza do operário deve haurir recursos novos”.

O marceneiro Marcellino de Souza Aguiar, “orador oficial” do Club Socialista, “pronunciou um discurso de verdadeiro mérito literário, no qual fez brilhante elogio do socialismo”, ao passo que o pedreiro mestiço e capitão da Guarda Nacional Anastácio Machado de Menezes concitou a classe operária a “tornar-se forte” por meio da “união” e “compreensão nítida dos seus deveres perante a sociedade”. Cosme de Farias, o famoso rábula que liderou vários movimentos contra a carestia, também se fez presente e recitou poesias alusivas ao Dia do Trabalho.

A sessão foi encerrada com a execução do hino nacional e saudações do jornalista Lellis Piedade. Em seguida, os trabalhadores fizeram uma passeata pelo centro histórico ao som da brigada policial, cumprimentando a Sociedade União Beneficente dos Alfaiates, associação fundada em 1898 e que tinha Ismael Ribeiro dos Santos como um de seus antigos líderes (*Diário da Bahia*, Salvador, 3 maio 1902, p. 1; *Jornal de Notícias*, Salvador, 1 maio 1902, p. 1; 3 maio 1902, p. 1).

Em 10 de março de 1903 a Federação Socialista iniciou a publicação do hebdomadário *Imprensa Social* e assumiu o protagonismo nas celebrações do 1º de Maio e na organização dos trabalhadores. Naquele ano a “magna data do trabalho” foi celebrada no Centro Operário e contou com a participação de vários jornalistas. A sala da sessão estava “lindamente ornamentada, destacando-se nas paredes números de jornais socialistas nacionais e estrangeiros”, assim como o estandarte da Federação e referências ao socialista francês Benoît Malon. Foram pronunciados discursos do marceneiro Marcellino Aguiar e do pedreiro Anastácio de Menezes, além de Julio Tantu e Paulo do Nascimento, representantes da Liga Socialista Protetora dos Sapateiros (*Revista da Associação Typographica Bahiana*, n. 8-9, fev.-mar. 1903, p. 157; *Imprensa Social*, Salvador, n. 3, 23 maio 1903, p. 1-2; *A Bahia*, Salvador, 23 mar. 1903, p. 1; *Correio da Tarde*, Salvador, 2 maio 1903, p. 1; *Jornal de Notícias*, Salvador, 1 maio 1903, p. 1; 2 maio 1903, p. 1).

Em 1904 o Dia do Trabalho foi comemorado tanto pela Federação Socialista, que fez uma “bela sessão literária” no “salão de honra” do Centro Operário, quanto pelo Club Socialista, que fez uma “modesta sessão magna” na Sociedade Montepio dos Artífices, uma associação de auxílio-mútuo fundada em 1832 com forte presença de artistas empregados nos arsenais de guerra e marinha da Bahia (*Jornal de Notícias*, Salvador, 2 maio 1904, p. 1).

A Federação Socialista também passou a agrupar outros sindicatos em torno dela. Na noite do dia 1º de novembro de 1904, foi instalado o Centro Defensor dos Trabalhadores do Mar na Bahia, a organização que representava os estivadores e marítimos naquele momento. Em 1905, foram fundados mais quatro sindicatos ligados à Federação: União Operária dos Carregadores, estabelecida no dia 2 de abril; Associação Unificadora dos Trabalhadores em Padaria, “instalada solenemente” no dia 4 de junho; Associação Defensora dos Trabalhadores em Construção, estabelecida do dia 18 de julho; e União Socialista das Costureiras, criada no dia 17 de agosto, um ponto fora da curva no mundo masculino dos artífices no período. Todas essas associações declaravam ter vínculos orgânicos entre si e com a Federação Socialista (*Diário de Notícias*, Salvador, 2 nov. 1904, p. 1; 19 abr. 1905, p. 1; *Correio do Brasil*, Salvador, 13 jun. 1905, p. 1; 19 ago. 1905, p. 1; 12 set. 1905, p. 4).

O ponto alto da mobilização socialista da classe operária de Salvador ocorreu no 1º de Maio de 1906, momento em que a Federação e seus sindicatos enfrentaram a forte chuva que caía e promoveram concentração na Praça do Ouro, passeata e *meeting* no Campo dos Mártires (Campo da Pólvora) com “grande massa popular”. Cada uma das organizações exibiu um “pavilhão branco-rubro, tendo ao lado um triângulo também rubro, exprimindo a divisa do proletariado: Revolução pela Igualdade”. Vários líderes sindicais pronunciaram discursos, destacando-se Anastacio de Menezes, pela Associação Defensora dos Trabalhadores em Construção; Venancia Maria Costa, pela União Socialista das Costureiras; e Marcellino Aguiar, pela Federação.

A afirmação da perspectiva internacionalista dessa liderança foi explicitada pelo encaminhamento dado a uma correspondência do *Bureau Socialiste International*, sediado em Bruxelas. Nesse documento, os socialistas do velho mundo pediam aos “trabalhadores de todos os países” que socorressem o proletariado da Rússia, que se encontrava “tiranizado, entre os horrores da escravidão e da fome”. Em resposta a tal apelo, os socialistas da Bahia formaram um “bando precatório” durante as celebrações do Dia do Trabalho e conseguiram arrecadar a quantia de 130\$520, logo enviados para a Segunda Internacional por intermédio do *London and Brazilian Bank Limited* (*Jornal de Notícias*, Salvador, 2 maio 1906, p. 1).

Naquele momento, Ismael Ribeiro dos Santos e Prediliano Peireira Pitta ocupavam os cargos de conselheiros municipais de Salvador. Encampando bandeiras do Centro Operário, a organização que lhes servia de base político-eleitoral, eles apresentaram requerimento ao legislativo da capital baiana para que, na qualidade de “representante direto do povo”, solicitasse ao parlamento brasileiro a aprovação de duas leis, uma que considerasse feriado o dia 1º de Maio e outra garantindo amparo aos operários que sofressem acidentes de trabalho. Posta em votação, a primeira proposta foi rejeitada, mas a segunda foi aprovada por unanimidade (*Diário de Notícias*, Salvador, 3 maio 1906, p. 1).

Em 1906 as fileiras da Federação Socialista foram engrossadas por outro sindicato, o Centro Unificador dos Sapateiros, uma possível reorganização da Liga Socialista Protetora dos Sapateiros, aquela que havia tomado parte dos festejos do Dia do Trabalho de 1903. Por fim, a Federação recebeu a adesão da União dos Trabalhadores da Viação Terrestre, instalada no dia 21 de outubro de 1907. A organização congregava trabalhadores de três companhias: Linha Trilhos Centrais, Linha Carris Elétricos e Linha Circular de Carris, além de boleiros e carroceiros (*Diário de Notícias*, Salvador, 26 maio 1906, p. 2; 19 out. 1907, p. 1).

Portanto, quando o Sindicato dos Trabalhadores em Madeira foi fundado, no 1º de Maio de 1908 (*Diário de Notícias*, Salvador, 2 maio 1908, p. 1), a Federação Socialista já tinha congregado os sindicatos dos sapateiros, pedreiros, marceneiros, carpinteiros, padeiros, costureiras, estivadores, marítimos, carregadores e trabalhadores de transporte urbano. No mês seguinte, as fileiras da Federação foram engrossadas pela fundação e adesão do Sindicato dos Mecânicos da Bahia (*Diário de Notícias*, Salvador, 8 jun. 1908, p. 5).

Em agosto de 1908, o quinzenário *A Voz do Trabalhador*, porta-voz da Confederação Operária Brasileira, registrou o recebimento de uma carta de Marcelino Aguiar com informes sobre o crescimento da Federação Socialista e sua adesão à COB. Os adeptos do sindicalismo revolucionário no Rio de Janeiro afirmaram que o “rótulo de socialista” da Federação não significava que ela estivesse filiada a algum partido político. A Federação seria “uma organização baseada no terreno econômico, independente do parlamentarismo e da política eleitoral”. Registravam “essa declaração simplesmente para evitar más interpretações e falsos juízos” (*A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1 ago. 1908, p. 1).

Por tudo que sabemos e dissemos até aqui, é razoável sustentar que os redatores do jornal da COB apenas externavam um desejo, um sonho acalentado, mas nunca alcançado.

Desde os primórdios, o movimento operário baiano fez inteligente uso de todos os meios disponíveis, inclusive a negociação política e a mobilização eleitoral, para conseguir melhores condições de trabalho e direitos para a classe operária.¹⁴

Por outro lado, o movimento operário da Bahia naqueles primeiros anos do século XX estava em sintonia com o de outros Estados do Brasil, a exemplo de Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, locais em que também houve um intenso processo de organização de sindicatos, federações operárias e greves, algumas bem-sucedidas. Contudo, havia uma diferença significativa. Em 1908, quando houve o protesto dos marceneiros e carpinteiros de Salvador, a mobilização operária nessas regiões já tinha entrado em refluxo em função da onda de repressão patronal e policial, que fez largo uso da Lei Adolfo Gordo (1907) para deportar militantes estrangeiros, 132 apenas no primeiro ano (BATALHA, 2000, p. 37-44).

Considerações finais

Ao longo deste artigo, forneci evidências de que o engenheiro-chefe das obras de reconstrução da Faculdade de Medicina da Bahia foi motivado por razões racistas para contratar artistas italianos residentes em São Paulo. Eram falsas as alegações do engenheiro João Pereira Navarro de Andrade quanto ao menor custo dos trabalhadores italianos em comparação com os brasileiros, assim como em relação à maior perícia dos estrangeiros, uma insinuação subjacente ao argumento do chefe das obras da Fameb. Dada minha opção pela história social e não pela econometria, demonstrei a falta de fundamentação daquela escolha pela voz dos artesãos baianos, quase todos negros e mestiços. Fui convencido por eles de que a “odiosa predileção” por “imigrantes europeus” resultava de uma ação deliberada de desprestígio dos nacionais em favor dos estrangeiros. Como disseram em sua epístola ao ministro Miguel Calmon, a conduta daquele engenheiro atendia ao desiderato de depreciar e “afrontar aos artistas marceneiros e carpinteiros” e “ferir os brios e amor próprio das classes trabalhadoras da Bahia”.

O engenheiro não precisou pronunciar nenhuma injúria racial explícita para deixar evidente que suas escolhas foram guiadas por racismo e não por cálculo de mercado. Afinal, em hipótese alguma seria possível contratar trabalhadores de ofício em São Paulo recebendo salários inferiores aos da Bahia. Além de não se sustentar em termos de custos com força de trabalho, a tese da superioridade dos artífices italianos também era igualmente falsa. Na realidade, Navarro de Andrade estava sintonizado com as ideias positivistas, evolucionistas e racistas que circulavam pelas instituições de ensino superior do Brasil desde a década de 1870, inclusive na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, na qual ele obteve o diploma de engenharia civil em 1892 (*Jornal de Notícias*, Salvador, 23 dez. 1892, p. 1), e na Faculdade de Medicina da Bahia, onde ele chefou as obras de reconstrução. Sua cabeça estava impregnada por uma certa pseudociência que assegurava a existência de raças em sentido biológico e que essas raças eram qualitativamente diferentes, havendo uma hierarquia na qual os brancos eram tidos como física e intelectualmente superiores, os negros eram inferiores e os mestiços eram degenerados.¹⁵ A opção pelos artesãos italianos foi ditada por essas ideias. O movimento operário conseguiu derrotar, em parte, o avanço de mais esse esbulho contra os trabalhadores nacionais, ao menos em Salvador.

Por último, é preciso explicitar que o racismo do engenheiro se ligava simbioticamente ao modo como a política e o Estado eram operados pelas elites e pelos agentes públicos a elas vinculadas. João Pereira Navarro de Andrade era filho do também engenheiro Luiz Thomaz da Cunha Navarro de Andrade. Em 1876 e 1877 Luiz Thomaz já havia sido eleito suplente de vereador de Salvador (*O Monitor*, Salvador, 29 out. 1876, p. 1; *O Monitor*, Salvador, 18 maio 1877, p. 1-2). Em 1879 ele foi convocado para integrar o Tribunal do Júri, sendo

multado por não ter assumido o encargo (*O Monitor*, Salvador, 8 nov. 1879, p. 1; *O Monitor*, Salvador, 10 dez. 1879, p. 1). Em 1885, Luiz Thomaz da Cunha Navarro de Andrade já havia sido promovido a engenheiro de primeira classe dos Telégrafos (*O Guarany*, Cachoeira, 28 jul. 1885, p. 1). Em 1892, Luiz Thomaz foi alçado à condição de chefe da Repartição Geral dos Telégrafos no Estado da Bahia (*Jornal de Notícias*, Salvador, 23 dez. 1892, p. 1), cargo que conquistou graças aos antigos laços políticos construídos desde o Império, quando cerrou fileiras com o Partido Conservador.

Beneficiado por essas relações, em janeiro de 1906 João Pereira Navarro de Andrade foi nomeado “ajudante da comissão fiscal das obras de melhoramentos do porto da Bahia” (*O Paiz*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1906, p. 1). Em março de 1907, o então ministro do Interior, Augusto Tavares Lyra, solicitou ao ministro da Viação, Miguel Calmon, que tomasse “as providências necessárias” para que o engenheiro Navarro de Andrade fosse “autorizado a aceitar a incumbência de dirigir, até a sua conclusão, as obras do edifício da Faculdade de Medicina” em lugar do engenheiro Theodoro Sampaio, função que acumularia com a da fiscalização das obras do porto (*O Paiz*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1907, p. 1).

Apoiado por esses políticos, João Pereira Navarro de Andrade enfrentou a primeira resistência operária nas obras da Faculdade de Medicina, uma greve de “70 artistas e operários”, deflagrada em 18 de março de 1908 e exigindo melhores condições de trabalho e manutenção dos valores de seus salários, que tinham sido reduzidos. O engenheiro reagiu a esse primeiro protesto acionando as forças policiais estaduais e reprimindo o movimento dos trabalhadores em seu nascimento (*Jornal de Notícias*, Salvador, 18 mar. 1908, p. 1).

Seis meses depois, em outubro de 1908, Navarro de Andrade enfrentou o movimento dos marceneiros e carpinteiros, sendo apoiado por setores importantes das forças políticas, inclusive por meio da imprensa, o que evidencia que seu racismo dissimulado contra os negros e sua preferência pelos imigrantes brancos não eram atos solitários. Afinal, até mesmo o engenheiro e ministro Miguel Calmon, ao qual os marceneiros e carpinteiros recorreram contra a contratação de imigrantes italianos naquele momento, era um defensor do aperfeiçoamento dos meios de transporte e comunicação como forma de garantir a colonização e a imigração europeia, tidas como fatores de “progresso” econômico, conforme consignou no Relatório da Secretaria da Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas ao Governador da Bahia em 1902 (CALMON, 1903, p. 230-232).

Além de compartilharem a mesma preferência étnico-racial por trabalhadores brancos europeus, os dois engenheiros se ligaram por laços familiares. João Pereira Navarro de Andrade faleceu em 26 de novembro de 1925 como engenheiro fiscal de 1ª classe da Inspetoria Federal das Estradas de Ferro, pertencente ao Ministério da Viação. Ele deixou viúva Maria Alexandrina Calmon Navarro de Andrade, a filha do ex-ministro Miguel Calmon, aquele que tinha sido acionado pelos trabalhadores contra seu futuro genro. Em 22 de outubro de 1926, Maria Alexandrina Calmon Navarro de Andrade tem seu pedido concedido pelo Montepio do Ministério da Viação e Obras Públicas, passando a receber uma pensão anual de 2.333 contos de réis. Reinava a paz e harmonia na família branca e privilegiada da Bahia. Já os trabalhadores (negros e brancos) tiveram que continuar a lutar por cidadania, uma luta que ainda não acabou (KONDER, 1928, p. 274-275; *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 19 jun. 1926, p. 12; *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 30 set. 1926, p. 2).

Agradecimentos

Agradeço os comentários e sugestões dos pareceristas anônimos da revista *História* (São Paulo) e dos colegas da Linha de Pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade do PPGH-UFBA e da Área de História Social, Diferenças e Conflitos do PPGH-Unicamp.

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. Teodoro Sampaio e Rui Barbosa no tabuleiro da política: estratégias e alianças de homens de cor (1880-1919). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, v. 35, n. 69, p. 83-99, jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/tzshwrpRn4j3gtBytG3fxCR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 7 fev. 2022.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. Theodoro Sampaio, “eminência parda” e a “cor não luzidia”: negócios da liberdade e racialização no tempo da abolição. In: SAMPAIO, Gabriela dos Reis; LIMA, Ivana Stolze; BALABAN, Marcelo (org.). *Marcadores da diferença: raça e racismo na história do Brasil*. Salvador: Edufba, 2019. p. 125-153.

BATALHA, Claudio H. M. A Confederação Operária Brasileira e sua militância. In: MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez Terezinha (org.). *Arquivos e o direito à memória e à verdade no mundo dos trabalhadores: coletânea do 3º seminário internacional o mundo dos trabalhadores e seus arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. p. 71-89.

BATALHA, Claudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BATALHA, Claudio H. M. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 12-22, ago./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2010v2n4p12>. Acesso em: 3 fev. 2022.

BATALHA, Claudio H. M. Revolutionary Syndicalism and Reformism in Rio de Janeiro’s Labour Movement (1906-1920). *International Review of Social History*, v. 62, n. S25, p. 75-103, dez. 2017. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-review-of-social-history/article/revolutionary-syndicalism-and-reformism-in-rio-de-janeiros-labour-movement-19061920/3C3C0FE7D3DC78EC581548496AFC27C5#>. Acesso em: 24 jan. 2021.

BIONDI, Luigi. *Classe e nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BRITTO, Antonio Carlos Nogueira. *A medicina baiana nas brumas do passado*. Salvador: Contexto & Arte, 2002.

CAMPOS, Lucas Ribeiro. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894)*. 2018. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

CARMO, Emerson Cláudio Cordeiro do. *Memória e associativismo mutualista em Salvador: estudo centrado na Sociedade Protetora dos Desvalidos (1851-1934)*. 2019. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2019.

CASTELLUCCI, Aldrin A. S. O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832-1930). In: CORD, Marcelo Mac; BATALHA, Claudio H. M. (org.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014b. p. 47-82.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, UFSC, v. 2, n. 4, p. 40-77, ago./dez. 2010b. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2010v2n4p40>. Acesso em: 5 fev. 2022.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930). *Afro-Ásia*, Salvador, CEAO-UFBA, n. 40, p. 85-131, 2010a. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21199>. Acesso em: 10 fev. 2022.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: Fieb, 2004.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. Muitos votantes e poucos eleitores: a difícil conquista da cidadania operária no Brasil Império (Salvador, 1850-1881). *Varia História*, Belo Horizonte, UFMG, v. 30, n. 52, p. 183-206, jan./abr. 2014a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/fjR33sN6BhD63BB95fZRDLz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. Política e cidadania operária em Salvador (1890-1919). *Revista de História*, São Paulo, USP, n. 162, p. 205-241, jan./jun. 2010c. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19157>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Trabalhadores e política no Brasil: do aprendizado do Império aos sucessos da Primeira República*. Salvador: EDUNEB, 2015.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva; SCHMIDT, Benito B. From the Streets to the Government: Socialist Militants and Labour Law in Brazil. *International Review of Social History*, v. 62, n. S25, p. 133-164, dez. 2017. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-review-of-social-history/article/from-the-streets-to-the-government-socialist-militants-and-labour-law-in-brazil/67343185F75D6BF5489F25FC858A4D27>. Acesso em: 21 jan. 2021.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013 [1998].

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908. *Revista USP*, São Paulo, USP, n. 68, p. 188-209, dez./fev. 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13493>. Acesso em: 5 mar. 2022.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Solidariedade x rivalidade: a formação do sindicalismo estivador brasileiro. *História Unisinos*, São Leopoldo, Unisinos, v. 6, p. 29-62, 2002.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*, Salvador, CEAO-UFBA, n. 24, p. 243-290, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21001>. Acesso em: 5 mar. 2022.

FARIAS, Juliana Barreto. Assumano Mina do Brasil: personagens e Áfricas ocultas, 1892-1927. In: SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos; FARIAS, Juliana Barreto (org.). *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 265-267.

FARIAS, Sara. *Irmãos de cor, de caridade e de crença: a Irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia do século XIX*. 1997. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

HALL, Michael M. Entre a etnicidade e a classe em São Paulo. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Federico; FRANZINA, Emilio (org.). *História do trabalho e histórias da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2010. p. 49-63.

HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Tradução de Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LEITE, Douglas Guimarães. “*Mutualistas, graças a Deus*”: identidade de cor, tradições e transformações do mutualismo popular na Bahia do século XIX (1831-1869). 2017. 254 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LIMA, Celina Batalha Oliveira. *Do Arsenal de Guerra para o mundo operário mais amplo: um estudo sobre a Sociedade Bolsa de Caridade (1872-1930)*. 2019a. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2019a.

LIMA, Celina Batalha Oliveira. Do Arsenal de Guerra para o mundo operário mais amplo: estudo centrado na Sociedade Bolsa de Caridade (1872-1930). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, UFSC, v. 11, p. 1-29, 2019b. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2019.e66903>. Acesso em: 15 fev. 2022.

LIMA, Solange Ferraz de. O trânsito dos ornatos: modelos ornamentais da Europa para o Brasil, seus usos (e abusos?). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, USP, v. 16. n. 1. p. 151-199, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5489>. Acesso em: 10 mar. 2022.

LUCA, Tania Regina de. *O sonho do futuro assegurado (o mutualismo em São Paulo)*. São Paulo: Contexto, 1990.

MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes, Tribuno da República*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

NEGRO, Antonio Luigi. Negras cores de escravidão para não se ver. Raça, classe e nação na viagem de Miguel Calmon a plantações asiáticas (1905). *Varia História*, Belo Horizonte, UFMG, v. 36, n. 72, p. 781-813, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/48WJyJ9m9XTfNS3jwb9WhPC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 jan. 2022.

NEGRO, Antonio Luigi; BRITO, Jonas. Mãe paralítica no teatro das oligarquias? O papel da Bahia na Primeira República para além do café-com-leite. *Varia História*, Belo Horizonte, UFMG, v. 29, n. 51, p. 863-887, set./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/BLkskV493NyHZcz4ycqmbbG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 jan. 2022.

PEREIRA, Margareth da Silva. A Exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro. *Arqtexto*, Porto Alegre, UFRGS, v. 16, p. 6-27, 2010.

REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista*. São Paulo: Alameda; FAPESP, 2011.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. *Afro-Ásia*, Salvador, CEAO-UFBA, n. 24, p. 199-242, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21000>. Acesso em: 6 mar. 2022.

REIS, João José. *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo*, Rio de Janeiro, UFF, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1996.

REIS, Lysie. *A liberdade que vem do ofício: práticas sociais e cultura dos artífices da Bahia do século XIX*. Salvador: Edufba, 2012.

ROMO, Anadelia Alicia. *O museu vivo da Bahia: raça, reforma e tradição*. Tradução de Mariângela Nogueira. Salvador: EDUFBA, 2020.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. 2. ed. Salvador: Edufba, 1999.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis; ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. De que lado você samba? Raça, política e ciência na Bahia do pós-abolição. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

SANTOS, Mariana de Mesquita. O Rosário e suas contas: redes associativas e cidadania de membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Pelourinho (Salvador, 1880-1930). *Revista Crítica Histórica*, Maceió, UFAL, v. 12, n. 23, p. 222-265, jul. 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/12246>. Acesso em: 10 fev. 2022.

SANTOS, Mariana de Mesquita. *Pelas Contas do Rosário: Cidadania na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho no Pós-Abolição* (Salvador, 1888-1930). 2018. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Fernando Teixeira da; GITAHY, Maria Lúcia Caira. O movimento operário da construção civil santista durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). *História Social*, Campinas, Unicamp, n. 3, p. 87-124, 1996.

TOLEDO, Edilene. “Para a união do proletariado brasileiro”: a Confederação Operária Brasileira, o sindicalismo e a defesa da autonomia dos trabalhadores no Brasil da Primeira República. *Perseu*, São Paulo, FPA, v. 10, n. 7, p. 11-31, 2013. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/71>. Acesso em: 10 mar. 2022.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo; Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988.

Referências completas das memórias e relatórios citados

BAPTISTA, Euthymio da Cruz. *Relatório apresentado em assembleia geral da Sociedade Bolsa de Caridade pelo presidente do diretório capitão Euthymio da Cruz Baptista em sessão magna comemorativa do 36º aniversário em 9 de agosto de 1908*. Bahia: Typ. e Encadernação do Lyceu de Artes e Offícios, 1908.

CALMON, Miguel. *Relatório apresentado ao Exm. Governador do estado pelo Secretário da Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas Miguel Calmon du Pin e Almeida (1902)*. Bahia: Oficinas do “Diário da Bahia”, 1903.

CARVALHO FILHO, José Eduardo Freire de. *Notícia Histórica sobre a Faculdade de Medicina da Bahia pelo Dr. José Eduardo Freire de Carvalho Filho*. Bahia: Typ. Bahiana de Cincinnato Melchiades, 1909.

CARVALHO, J. Prudencio F. de. *Relatório da Sociedade Bolsa de Caridade 1872-1922 Cinquenta annos de existência. O seu movimento no exercício de 1921 a 1922, relatado pelo presidente do diretório J. Prudencio F. de Carvalho, em assembleia geral de 20 de junho de 1922 e na mesma unanimemente aprovado*. Bahia: Typographia e Encadernação do Lyceu de Artes e Officios, 1922.

CARVALHO, J. Prudencio F. de. *Relatório da Sociedade Bolsa de Caridade apresentado pelo presidente J. Prudencio F. de Carvalho à assembleia geral em sessão de 16 de julho de 1924 referente ao exercício de 1923 a 1924 aprovado unanimemente na assembleia de 16 de julho de 1924*. Bahia: Typographia e Encadernação do Lyceu de Artes e Officios, 1924.

COSTA, Juventino Silvino da. *Histórico e Relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos. Apresentado pelo presidente do diretório Juventino Silvino da Costa. Aprovado em assembleia geral de 7 de setembro de 1934. Exercício de 1931-1934*. Bahia, 1934.

GUIMARÃES, Herculano Brittes. *Relatório apresentado a assembleia geral da Sociedade Bolsa de Caridade pelo presidente do diretório Herculano Brittes Guimarães na sessão magna do 34º aniversário em 8 de julho de 1906*. Bahia: Typ. e Encadernação do Lyceu de Artes e Officios, 1906.

KONDER, Victor. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil Exmo. Sr. Dr. Washington Luís Pereira de Sousa pelo Ministro d'Estado da Viação e Obras Públicas Dr. Victor Konder. Anno 1926*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

LIMA, João Pedro Rodrigues. *Centro Operário da Capital do Estado da Bahia. Relatório apresentado pelo presidente do conselho executivo, Capitão João Pedro Rodrigues Lima à Assembleia Geral em sessão de 1º de maio de 1917 e na mesma aprovado. Referente ao exercício de 1º de abril de 1915 a 31 de março de 1917*. Bahia: Typografia e Encad. do Lyceu de Artes, 1917.

LYRA, Augusto Tavares de. *Relatório ao presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores Dr. Augusto Tavares de Lyra em março de 1909*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

PINTO, Candido Honorio. *Relatorio apresentado em assembleia geral da Sociedade Bolsa de Caridade pelo presidente do directorio Candido Honorio Pinto em sessão magna commemorativa do 37º anniversario em 11 de julho de 1909*. Bahia: Typographia e Encadernação do Lyceu de Artes, 1909.

RIBEIRO, Ismael. *A voz do operário falando a verdade*. Bahia: [s. n.], 1930.

SANTOS, Ismael Ribeiro dos. *Relatório do Centro Operário da Bahia. exercício social de 6 de maio de 1902 a 30 de abril de 1903, apresentado pelo sr. Ismael Ribeiro, presidente do conselho executivo e aprovado em sessão de assembleia geral de 3 de maio de 1903*. Bahia: Imprensa Moderna de Prudêncio de Carvalho, 1903.

SANTOS, Ismael Ribeiro dos. *Relatório do Centro Operário da Bahia. exercício social de 6 de maio de 1908 a 5 de maio de 1909, apresentado pelo sr. Ismael Ribeiro dos Santos, presidente do conselho executivo à assembleia geral e por esta aprovado em sessão de 20 de abril de 1910, sob a presidência do sr. Felipe Tranquilino de Castro*. Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1910.

SANTOS, Theotônio Teixeira. *Relatório da Sociedade Protetora dos Desvalidos apresentado pelo presidente do directorio Theotônio Teixeira dos Santos aprovado em sessão de assembleia geral de 25 de fevereiro de 1925*. Bahia: Typographia e Encadernação do Lyceu de Artes e Officios, 1925.

SILVA, Faustino Gomes da. *Relatório da Sociedade Beneficente União Philatropica dos Artistas durante o exercício de 7 de julho a 31 de maio apresentado pelo presidente da direcção Faustino Gomes da Silva em assembleia geral de 19 de junho de 1901 e pela mesma unanimemente aprovada*. Bahia: Imprensa Moderna de Prudencio de Carvalho, 1901.

Inventários

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia, *Inventário 6/2718/0/10*, Seção Judiciária.

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia, *Inventário 6/2697/0/17*, Seção Judiciária.

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia, *Inventário 5/2227/2727/3*, Seção Judiciária.

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia, *Inventário 6/2534/3034/4*, Seção Judiciária.

Anuários, almanaques, jornais e revistas históricos

A Bahia, Salvador, 23 mar. 1903, p. 1.

A Federação Operária: órgão noticioso e propagandista, Salvador, n. 2, 20 fev. 1901, p. 2.

A Imprensa, Rio de Janeiro, 12 ago. 1908, p. 1.

A Imprensa, Rio de Janeiro, 25 ago. 1908, p. 2.

A Imprensa, Rio de Janeiro, 25 out. 1908, p. 5.

A Imprensa, Rio de Janeiro, 29 set. 1908, p. 2.

A Voz do Trabalhador, Rio de Janeiro, 1 ago. 1908, p. 1.

Almanak Laemmert, Rio de Janeiro, 1914, p. 2715.

Almanak Laemmert, Rio de Janeiro, 1915, p. 2442.

Almanak Laemmert, Rio de Janeiro, 1916, p. 2402.

Almanak Laemmert, Rio de Janeiro, 1918, p. 2211.

Almanak Laemmert, Rio de Janeiro, 1919, p. 2210.

Anuario Estatístico do Brazil. 1º ano (1908-1912). Volume I. território e população. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1916, p. 298-299.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 16 mar. 1905, p. 1.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 4 mar. 1905, p. 1.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 5 mar. 1905, p. 1.

Correio da Tarde, Salvador, 2 maio 1903, p. 1.

Correio do Brasil, Salvador, 12 set. 1905, p. 4.

Correio do Brasil, Salvador, 13 jun. 1905, p. 1.

Correio do Brasil, Salvador, 15 mar. 1905, p. 1.

- Correio do Brasil*, Salvador, 19 ago. 1905, p. 1.
- Correio do Brasil*, Salvador, 28 mar. 1905, p. 1.
- Correio do Brasil*, Salvador, 9 mar. 1905, p. 2.
- Diário da Bahia*, Salvador, 3 maio 1902, p. 1.
- Diário de Notícias*, Salvador, 19 abr. 1905, p. 1.
- Diário de Notícias*, Salvador, 19 out. 1907, p. 1.
- Diário de Notícias*, Salvador, 2 maio 1908, p. 1.
- Diário de Notícias*, Salvador, 2 maio 1908, p. 1.
- Diário de Notícias*, Salvador, 2 nov. 1904, p. 1.
- Diário de Notícias*, Salvador, 2 out. 1908, p. 1.
- Diário de Notícias*, Salvador, 26 maio 1906, p. 2.
- Diário de Notícias*, Salvador, 3 maio 1906, p. 1.
- Diário de Notícias*, Salvador, 3 out. 1908, p. 3.
- Diário de Notícias*, Salvador, 6 out. 1908, p. 1.
- Diário de Notícias*, Salvador, 6 out. 1908, p. 5.
- Diário de Notícias*, Salvador, 7 out. 1908, p. 7.
- Diário de Notícias*, Salvador, 8 jun. 1908, p. 5.
- Imprensa Social*, Salvador, n. 3, 23 maio 1903, p. 1-2.
- Jornal de Notícias*, Salvador, 1 maio 1902, p. 1.
- Jornal de Notícias*, Salvador, 1 maio 1903, p. 1.
- Jornal de Notícias*, Salvador, 11 nov. 1905, p. 3.
- Jornal de Notícias*, Salvador, 16 abr. 1912, p. 6.
- Jornal de Notícias*, Salvador, 18 ago. 1902, p. 1.
- Jornal de Notícias*, Salvador, 18 jul. 1912, p. 1.
- Jornal de Notícias*, Salvador, 18 mar. 1908, p. 1.
- Jornal de Notícias*, Salvador, 19 set. 1908, p. 1.
- Jornal de Notícias*, Salvador, 2 maio 1903, p. 1.
- Jornal de Notícias*, Salvador, 2 maio 1904, p. 1.
- Jornal de Notícias*, Salvador, 2 maio 1906, p. 1.
- Jornal de Notícias*, Salvador, 2 maio 1908, p. 1.
- Jornal de Notícias*, Salvador, 23 dez. 1892, p. 1.
- Jornal de Notícias*, Salvador, 27 out. 1908, p. 1.
- Jornal de Notícias*, Salvador, 28 maio 1901, p. 1.

- Jornal de Notícias*, Salvador, 3 maio 1902, p. 1.
- Jornal de Notícias*, Salvador, 3 out. 1908, p. 1.
- Jornal de Notícias*, Salvador, 31 ago. 1908, p. 1.
- Jornal de Notícias*, Salvador, 4 ago. 1908, p. 2.
- Jornal de Notícias*, Salvador, 5 out. 1908, p. 1.
- Jornal de Notícias*, Salvador, 6 out. 1908, p. 1.
- Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 out. 1908, p. 4.
- O Guarany*, Cachoeira, 28 jul. 1885, p. 1.
- O Imparcial*, Rio de Janeiro, 19 jun. 1926, p. 12.
- O Imparcial*, Rio de Janeiro, 30 set. 1926, p. 2.
- O Monitor*, Salvador, 10 dez. 1879, p. 1.
- O Monitor*, Salvador, 18 maio 1877, p. 1-2.
- O Monitor*, Salvador, 29 out. 1876, p. 1.
- O Monitor*, Salvador, 8 nov. 1879, p. 1.
- O Paiz*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1908, p. 4.
- O Paiz*, Rio de Janeiro, 23 out. 1908, p. 3-4.
- O Paiz*, Rio de Janeiro, 23 out. 1908, p. 4.
- O Paiz*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1907, p. 1.
- O Paiz*, Rio de Janeiro, 25 ago. 1908, p. 3.
- O Paiz*, Rio de Janeiro, 28 out. 1908, p. 3.
- O Paiz*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1906, p. 1.
- O Paiz*, Rio de Janeiro, 9 set. 1908, p. 3.
- Revista da Associação Typographica Bahiana*, n. 8-9, fev.-mar. 1903, p. 157.

Notas

¹ Para uma contextualização e exame crítico do discurso sobre a decadência e perda de prestígio da Bahia sob a República, Cf. NEGRO; BRITO, 2013.

² Nascido de mãe escrava em 1855 em Santo Amaro da Purificação, Theodoro Sampaio tinha se formado em engenharia no Rio de Janeiro e residido em São Paulo, onde ocupou o cargo de diretor e engenheiro-chefe do órgão estadual de saneamento entre 1892 e 1903. Voltou à Bahia em 1904 para conduzir as obras de saneamento de Salvador e assumiu a direção das obras de reconstrução da Fameb ainda em 1905. Não consegui esclarecer as razões que levaram à substituição de Sampaio por Andrade. Para uma análise da trajetória e do envolvimento do personagem nas tramas da grande política, Cf. ALBUQUERQUE, 2015, 2019.

³ No Almanak Laemmert de 1914 a 1919 Umberto Badolato aparece anunciado como arquiteto estabelecido na rua do Tesouro, n. 50, Centro de Salvador (*Almanak Laemmert*, Rio de Janeiro, 1914, p. 2715; 1915, p. 2442; 1916, p. 2402; 1918, p. 2211; 1919, p. 2210).

- ⁴ Trata-se do pintor-decorador florentino Oreste Sercelli (1869-1927). Chegou ao Brasil em 1896 e veio de São Paulo para Salvador em 1902. Além da Fameb, também trabalhou no palacete do industrial Bernardo Martins Catharino (atual Palacete das Artes) em 1906. Sobre esse personagem, Cf. LIMA, 2008.
- ⁵ O *Almanak Administrativo, Indicador, Noticioso, Commercial e Litterario do Estado da Bahia para 1909* (Bahia: Reis e Cia., p. 455-456) anunciou a existência de 46 marceneiros com oficinas próprias em Salvador.
- ⁶ Ismael Ribeiro dos Santos assinou o nome completo nos relatórios e demais documentos que publicou ao longo de sua vida, mas não grafou o último sobrenome na capa de sua derradeira obra em 1930. Daí a diferença no sistema de referência por mim adotado, que ora cita SANTOS, ora cita RIBEIRO.
- ⁷ Em maio de 1908, meses antes do encontro com Ismael Ribeiro, Evaristo de Moraes tinha vivenciado uma traumática experiência de conflito no interior da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café. Sobre o assunto, Cf. CRUZ, 2006. Para mais informações sobre esse sindicato, Cf. CRUZ, 2000. Para uma análise da atuação de Evaristo e outros socialistas de seu círculo na Primeira República e no pós-1930, Cf. CASTELLUCCI; SCHMIDT, 2017; MENDONÇA, 2007.
- ⁸ Para mais detalhes sobre a trajetória de Assumano Henrique Mina do Brasil, Cf. FARIAS, 2005.
- ⁹ O fenômeno também foi observado por outros autores em cidades antigas, com forte tradição artesanal. Para o caso do Recife, Cf. MAC CORD, 2012.
- ¹⁰ A Irmandade do Rosário dos Pretos do Pelourinho já foi objeto de estudo de vários autores. Entre outros, Cf. FARIAS, 1997; REGINALDO, 2011; REIS, 1991, 1996; SANTOS, 2018, 2021. Para acessar pesquisas específicas sobre a Irmandade e a Sociedade dos Desvalidos, Cf. CAMPOS, 2018; CARMO, 2019; LEITE, 2017. Para uma reconstituição da história da Sociedade Bolsa de Caridade antes e depois da extinção do Arsenal de Guerra, Cf. LIMA, 2019a, 2019b.
- ¹¹ Sobre os grupos socialistas que atuaram em São Paulo no período, Cf. BIONDI, 2011.
- ¹² Para uma discussão mais aprofundada sobre esse assunto, Cf. BATALHA, 2010; LUCA, 1990.
- ¹³ Manoel Raymundo Querino nasceu no dia 28 de julho de 1852 em Santo Amaro da Purificação, região de *plantation* açucareira do Recôncavo da Bahia e faleceu em Salvador no dia 14 de fevereiro de 1923. Querino lutou na Guerra do Paraguai e estudou no Liceu de Artes e Ofícios e na Escola de Belas Artes. Começou a trabalhar como “artista”, mas na virada do século XIX para o XX tinha se tornado funcionário da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas. Editou os jornais *A Província* (1887) e *O Trabalho* (1892) e escreveu importantes livros sobre o negro e o mundo dos artífices, a exemplo de *As Artes na Bahia* (Esborço de uma contribuição história) (1909 e 1913); *Artistas bahianos* (indicações biográficas) (1909); e *A Bahia de outrora: vultos e fatos populares* (1916 e 1922). Para mais informações sobre a trajetória política desse personagem, Cf. ALBUQUERQUE, 2009; CASTELLUCCI, 2015.
- ¹⁴ Sobre a COB, seu jornal e as disputas entre o sindicalismo revolucionário e o sindicalismo reformista no Rio de Janeiro no período, Cf. BATALHA, 2017; BATALHA, 2015; TOLEDO, 2013.
- ¹⁵ O assunto já foi objeto de várias obras. Entre outras, Cf. ALBUQUERQUE, 2009; CORRÊA, 2013 [1998]; ROMO, 2020; SAMPAIO; ALBUQUERQUE, 2021; SCHWARCZ, 1993.

Submissão: 07/09/2022

Aceite: 26/09/2022

Editores: Karina Anhezini e Eduardo Romero de Oliveira